



UNIVERSIDADE  
DE LISBOA



FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

# **A Delação Premiada no Sistema Jurídico Português**

*- breves notas explicativas*

*João Miranda Alves de Oliveira*  
*Mestrado em Direito e Prática Jurídica*  
*Especialidade de Ciências Jurídico Forenses*  
*2018*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e ao meu filho,  
pelo apoio, pela paciência.

Ao Professor Guilherme Dray e à Joana capela  
pelos incansáveis contributos.

À Magistrada Inês Robalo pela preciosa sugestão de um tema tão  
rico e, ao mesmo tempo, fracturante.

## RESUMO

O objecto do presente estudo é a delação premiada, concretamente o modo como se encontra definida e como é valorada no processo penal português.

A delação costuma ter uma conotação negativa desde Judas Iscariotes. O delator é visto como uma pessoa que traiu a confiança depositada em si pelos seus pares. Por outro lado, é função primordial do Direito Penal proteger bens jurídicos essenciais através da intimidação - a norma penal contém a ameaça de aplicação de uma pena - ou da coacção - a pena é coactivamente aplicada em processo penal, que se quer legal e justo. Esta tarefa está incumbida em exclusivo ao Estado, por intermédio dos seus órgãos, os tribunais.

Com efeito, para que possa atingir esse objectivo, o legislador cria soluções que contribuem para uma mais eficaz protecção daqueles bens jurídicos, recorrendo, por vezes, a soluções de consenso (ou diversão) entre os sujeitos processuais ou, mesmo, a outras de carácter excepcional, nas quais é atribuído um benefício ao arguido pela sua colaboração na investigação. Ao fazê-lo, se é verdade que é obrigado a respeitar princípios estruturantes de um Estado Democrático, não é menos certo de que o respeito pelos princípios estruturantes do processo penal é também elementar.

Uma mais cuidada análise da figura da delação premiada na legislação portuguesa ajudou a aferir em que circunstâncias poderá este regime excepcional ser aplicado, qual o valor probatório a atribuir à colaboração e, ao mesmo tempo, a compreender em que termos se relaciona com alguns dos princípios que estruturam o processo penal. Percebeu-se, também, que a linha entre a violação e o seu cumprimento é muito ténue e que facilmente se pode cair no erro de se confundir eficiência com gestão, isto porque a busca por resultados, a parcialidade e o arbítrio (nas vestes de *oportunidade*), não podem ultrapassar os limites do princípio da legalidade.

### Palavras-Chave

Delação-Premiada-Coarguido-Oportunidade-Valoração

## ABSTRACT

The object of the present study is the awarded delation, namely the way in which it is defined and how it is valued in Portuguese criminal proceedings.

The delation usually has a negative connotation since Judas Iscariot. The informant is normally seen as the person who betrayed the trust placed in him by his peers. On the other hand, it is the primary function of criminal law to protect essential legal assets, through intimidation - the criminal law contains the threat of a penalty -, or coercion - the sentence is coercively applied in criminal proceedings that one wants legal and fair. This task is entrusted exclusively to the State, through its organs, the courts.

In order to achieve that goal, the legislator creates solutions which contribute to a more effective protection of those legal assets, sometimes by means of solutions of consensus between the procedural subjects or, exceptionally, by means of benefits, where an accused is granted an advantage for his or her collaboration in the investigation. In doing so, while it is true that it is bound to respect the structuring principles of a democratic State, it is no less certain that respect for the structuring principles of criminal procedure is basic.

A more careful analysis of the figure of the awarded delation in the Portuguese legislation has helped to determine in what circumstances this exceptional regime can be applied, what probative value to be attached to the collaboration, and at the same time to understand in what terms it relates to some of the principles that structure the criminal proceedings. It was also realized that the line between violation and the fulfillment of this principles is very tenuous and that one can easily fall into the error of confusing efficiency with management, that's why the search for results, partiality and arbitration (in the robes of opportunity) cannot exceed the limits of the principle of legality.

### Key-Words

Delation-Award-Codefendant-Opportunity-Valuation

## INTRODUÇÃO

Muito se tem falado acerca da introdução de um regime geral da figura da delação premiada no sistema jurídico português. No entanto, a sociedade encontra-se dividida quanto a esta possibilidade.

O aumento da criminalidade organizada e a lentidão da Justiça em Portugal leva ao desejo por respostas capazes de solucionar ambos os problemas.

A ideia de se transplantar figuras de outros sistemas jurídicos dá a entender que não existem, no Sistema Jurídico Português, mecanismos capazes de combate ao fenómeno da criminalidade organizada ou da lentidão judicial, o que não é verdade.

O estudo da figura da delação premiada é essencial para se poder chegar a várias conclusões: que esta figura não coloca em causa os princípios estruturantes do processo penal português mas que, ainda assim, a introdução de uma regra geral que a contemple é desnecessária face às soluções legais existentes.

Para tal, nas páginas que se seguem, começar-se-á por uma breve análise etimológica da palavra delação, do seu significado e origem, bem como da ideia de prémio, seguindo pela análise do conceito de delação premiada, sem nunca deixar de ter em conta que este conceito se insere num outro, mais amplo, da colaboração processual.

Far-se-á, então, o enquadramento histórico sucinto da evolução daquela figura, procurando ir à origem da sua aplicação jurídica sendo, para tal, indispensável um estudo da sua utilização em sistemas jurídicos estrangeiros tais como o italiano, alemão, americano e, por fim, pelo brasileiro. Os primeiros dois ordenamentos referidos teriam sempre que ser tidos em conta para o presente estudo. Não só pela influência que têm no direito processual penal português (mas não só) e pela origem romano-germânica, mas também pela diferente utilização, ou não, da figura da delação premiada dentro do instituto da colaboração processual. Quanto ao americano, pela influência do *plea bargaining* um pouco por todo o mundo, ainda que, como se verá, nos E.U.A. a autonomia do Ministério Público seja muito mais abrangente do que nos sistemas referidos anteriormente. Relativamente ao brasileiro, por ser o exemplo da utilização massiva da delação premiada, muitas vezes através de caminhos que atropelam as mais básicas garantias quanto a um processo (penal) justo e legal.

Após este primeiro enquadramento, far-se-á um estudo da colaboração processual no sistema jurídico português. Neste sentido, estudar-se-ão alguns institutos jurídicos tais como a Suspensão Provisória do Processo, a Mediação Penal, o Processo Sumaríssimo e ainda os “acordos sobre sentença” (figura, igualmente controversa, proposta pelo ilustre Professor Figueiredo Dias), com

o propósito de explicar como o legislador português tem vindo a introduzir soluções de consenso no processo penal, soluções politico-criminais inspiradas na ideia de *diversão* cuja viabilização depende do consenso, não dispensando a colaboração do arguido na decisão do conflito penal - ainda que não se trate, como se verá, de uma confissão dos factos por parte deste, pelo que não terá qualquer eficácia probatória.

Analisar-se-á, finalmente, o instituto da Delação Premiada no sistema jurídico português existente em regimes excepcionais, quais os requisitos da sua aplicação e de que forma pode afectar os princípios estruturantes do processo penal português. Para o efeito, demonstrar-se-á que, ainda que seja uma figura controversa, a delação premiada não desrespeita a prevalência, no processo penal, desses princípios. Assim, foi feito um breve estudo quanto aos que vêm sendo referidos, no âmbito da discussão do tema entre a comunidade jurídica, como passíveis de serem afectados pelo instituto em análise.

A fragilidade das declarações do arguido delator foi considerada num capítulo único, fragilidade essa que se prende com o respeito pelo princípio do contraditório (mas não só) e pela necessidade da existência de provas que corroborem tais declarações, pelo que exigem tanto do Ministério Público, como do tribunal, cuidados acrescidos de investigação e valoração.

Como não podia deixar de ser, foi igualmente considerada no presente trabalho, a questão ética e moral dos incentivos à delação atribuídos pelo Estado, procurando separar a ideia do incumprimento de uma regra ética ou moral, do de uma regra jurídica, cujas reacções são quanto às primeiras, fundamentalmente interiores e, quanto à segunda, exteriores, através do poder coactivo do aparelho judicial do Estado.

## ÍNDICE

1.	O Conceito de Delação Premiada.....	8
2.	Evolução Histórico-Geográfica da Delação Premiada.....	9
2.1.	O exemplo Italiano - O <i>Pentito</i> , o <i>Dissociato</i> e o <i>Collaboratore</i> .....	9
2.1.1.	Recentes Alterações na Legislação Italiana .....	12
2.2.	O exemplo Alemão .....	14
2.3.	O exemplo Brasileiro.....	15
2.3.1.	A Natureza Jurídica da Colaboração Premiada na Lei 12.850/2013.....	17
2.3.2.	Os Benefícios Premiais .....	19
2.3.3.	As Obrigações e os Direitos do Colaborador .....	19
2.3.4.	( <i>Breves</i> ) Notas Finais Quanto à Lei 12.850/2013 .....	21
2.4.	O <i>Plea Bargaining</i> nos E.U.A. ....	22
3.	O caso Português .....	26
3.1.	Da Criminalidade Económico-Financeira .....	28
3.2.	Dos Crimes de Terrorismo .....	30
3.3.	Do Tráfico de Drogas .....	30
3.4.	Da Antidopagem no Desporto .....	31
3.5.	Dos Comportamentos Antidesportivos.....	32
3.6.	Das Armas e Munições.....	33
3.7.	Do Direito Fiscal .....	34
3.8.	Do Direito Laboral.....	35
4.	As Soluções de Consenso no Processo Penal Português.....	37
4.1.	A Suspensão Provisória do Processo.....	38
4.2.	A Mediação Penal.....	41
4.3.	O Processo Sumaríssimo .....	43
4.4.	A Questão dos “Acordos sobre Sentença” .....	44
5.	A Delação Premiada Face aos Princípios Estruturantes do Processo Penal português.....	48
5.1.	O Princípio do Contraditório .....	48
5.2.	O Princípio da Investigação.....	50
5.3.	O Princípio da Oficialidade .....	51
5.4.	Os Princípios da Legalidade (e da Oportunidade).....	52

5.5. O Princípio da Lealdade Processual .....	54
5.6. Os Princípios da Oralidade e da Imediação .....	56
6. O Valor Probatório das Declarações do Colaborador/Delator .....	59
7. A Questão Ética e/ou Moral da Delação .....	61
8. Considerações Finais .....	65
9. Conclusões .....	68
10. Bibliografia e Jurisprudência .....	71



## 1. O CONCEITO DE DELAÇÃO PREMIADA

Do latim *delatio*, *-onis*, implica a revelação de um crime ou de falta alheia, com o fim de tirar proveito dessa revelação, também chamada correntemente de denúncia. Pode ser vista, perante o Direito Penal, como a notícia do crime sem que o delator tenha qualquer vínculo com a sua prática.

A aquisição da notícia do crime está prevista no Código Processo Penal<sup>1</sup> no artigo 241º onde se estabelece que “*o Ministério Público adquire a notícia do crime (...) ou mediante denúncia*<sup>2</sup> (...)”. O C.P.P. prevê vários tipos de denúncia obrigatória (artigo 242º), facultativa (artigo 244º), anónima (artigo 246º/6), sendo que estas podem ser feitas na forma verbal ou escrita (artigo 246º/1) ainda que a denúncia verbal seja reduzida a escrito pela entidade que a receba (artigo 246º/2). Refira-se que a Lei Tutelar Educativa<sup>3</sup> (Lei nº 166/99, de 14 de setembro, alterada pela Lei nº 4/2015, de 15/01) prevê a denúncia de um facto qualificado pela lei como crime praticado por Jovem com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos “*independentemente da natureza deste*” (artigo 72º/1) ou seja, a denúncia obrigatória.

A delação, quanto ao que aqui interessa, pode ser ainda uma conduta de um agente que comete um acto ilícito, que assume voluntariamente a sua parte de responsabilidade, colaborando ao mesmo tempo com as autoridades no sentido de ajudar na investigação fase da investigação criminal (mas não só nesta fase) com o intuito de solucionar o crime e identificar coautores e associados.

Por outro lado, premiar, do latim *praemio*, *-are*, significa recompensar, dar prémio (prémio, do latim *praemiu*, é algo que se concede a uma pessoa ou grupo como reconhecimento da relevância de um serviço prestado ou como reconhecimento da excelência em determinado campo).

De uma forma, por ora, simplista, delação premiada pode ser interpretada, então, como a denúncia que, pela sua relevância, pela posterior contribuição do denunciante para a obtenção de resultados dentro de uma investigação, pode levar à atribuição de um prémio material ou processual (leia-se: redução ou isenção de pena e arquivamento ou suspensão do processo).

---

<sup>1</sup> Doravante: CPP

<sup>2</sup> “Denúncia é transmissão ao Ministério Público, na forma estabelecida por lei e para efeitos de procedimento criminal, do conhecimento de factos com eventual relevância criminal. A lei conta, por isso com a colaboração dos cidadãos, especialmente dos ofendidos, e impõe essa colaboração a todos aqueles que têm especiais relações de emprego com o Estado.” SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Direito Processual Penal Português do procedimento (marcha do Processo)* Vol. 3, 2015, 4ª ed, Lisboa, Editora Universidade Católica Portuguesa, pág. 54

<sup>3</sup> Doravante: LTE

## 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA DELAÇÃO PREMIADA

Para se poder perceber o instituto da delação premiada há que, também, ter em atenção certos circunstancialismos que a originaram. Do estudo que foi levado a cabo no presente trabalho concluiu-se que esta figura surge como combate ao incremento do advento do terrorismo e da criminalidade organizada. De facto, em Itália<sup>4</sup>, como se verá, o instituto nasceu com o intuito de combater a crimes ligados a actividades terroristas e contra a ordem constitucional tendo sido posteriormente utilizado no combate às organizações criminosas mafiosas. No Brasil<sup>5</sup>, as teias da corrupção atingiram tal dimensão, que a banalização do instituto tornou-se uma realidade ainda que, inicialmente, a introdução do instituto tivesse como alvo os chamados crimes hediondos.

### 2.1. O EXEMPLO ITALIANO - O *PENTITO*, O *DISSOCIATO* E O *COLLABORATORE*

A necessidade, neste país, do combate a crimes ligados a actividades terroristas e contra a ordem constitucional fez despontar uma legislação de emergência. Contudo, com o tempo, a prática da utilização de colaborações processuais foi alargada ao âmbito das organizações criminosas e outros tipos penais tais como o sequestro e o tráfico de estupefacientes<sup>6</sup>.

Tendo em conta a regra da obrigatoriedade da acção penal, a qual impede a disposição do processo por parte do Ministério Público, em Itália a colaboração processual foi adoptada no seu sentido lato - no sentido de que não há um acordo entre imputado e acusação. No entanto, a partir dos anos 1970, com o desenvolvimento da legislação penal e processual penal de emergência as características premiais da colaboração processual nascem.

A colaboração tinha como finalidade o combate ao terrorismo e teve o seu ponto de partida no Decreto-Lei nº 625, de 15 de dezembro de 1979 e na Lei nº 304/1982, de 29 maio, que veio definir o conceito de organizações terroristas e agravando a penalidade relativa a este tipo de crimes.

---

<sup>4</sup> *Infra* 2.1

<sup>5</sup> *Infra* 2.3

<sup>6</sup> CALAMANDREI, IOLANDA, *La collaborazione processuale di imputati e testimoni nei sistemi di common law*, 1986, Milano, Vol. XXIX, págs. 240-241-245, Cf. citado por DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada, a Actuação do Estado e a Relevância da Voluntariedade do Colaborador com a Justiça*, 2017, Curitiba, Editora Juruá, pág. 26, nota 17

Foi com a Lei 340/1982<sup>7</sup> que se definiram as três principais figuras relativas à colaboração com a justiça no Direito Italiano - *Pentito*, *Dissociato* e *Collaboratore*<sup>8</sup> - embora inicialmente restritas aos crimes cometidos para fins de terrorismo e crimes de subversão do ordenamento constitucional.

*Pentito*, é o colaborador que antes da sentença condenatória dissolve ou determina a dissolução da organização criminosa, ou, ainda, retira-se da organização criminosa fornecendo todas as informações sobre a estrutura, impedindo desta forma o cometimento de novos crimes; também aquele que comete o crime de favorecimento relativamente a outro membro da organização fornecendo, no entanto, às autoridades todas as informações sobre esse crime. O artigo 1º da Lei 340/1982 previa que a prisão fosse substituída por outras obrigações ou impedimentos.

Outro colaborador era o *Dissociato* - o agente que, confessando os seus crimes, agia de forma a diminuir as suas consequências ou, mesmo, impedindo a consecução de novos crimes. Aqui, o artigo 2º do mesmo diploma, previa a substituição da pena perpétua por prisão efectiva de quinze a vinte anos ou a diminuição de 1/3 de outras penas com o limite máximo de quinze anos.

Por fim, existia ainda a previsão da figura do *Collaboratore* o qual, além de confessar os crimes auxiliava as autoridades policiais e judiciárias a angariar provas decisivas com o objectivo de identificação de outros membros da organização, ou de reconstituição dos factos. O benefício seria, nos termos do artigo 3º também da Lei nº 340/1982, a diminuição para metade do tempo, das penas ou a substituição da pena perpétua pela reclusão de dez a quinze anos.

Desde então muitas foram as alterações legislativas com vista a aperfeiçoar esta figura. O conceito de *dissociazione* foi densificado na Lei nº 34/1987<sup>9</sup> e as normas relativas aos *dissociati* foram mais detalhadas através da modificação do regime da comutação e redução das penas, passando a prever a revogação dos benefícios em caso de prática de novos crimes ou comportamentos incompatíveis com a dissociação. Em 1982 o crime de associação mafiosa foi tipificado através da inserção no Código Penal Italiano do artigo 416º-*bis*, pela Lei Rognoni-La Torre. Os esforços da Justiça italiana passam a focar-se na luta contra a criminalidade organizada do tipo mafiosa.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1982-05-29:304>, acesso em 07 mar 2018

<sup>8</sup> Cf. GRINOVER, ADA PELLEGRINI, *O Crime Organizado no Sistema Italiano* in Revista Brasileira de Direito Criminal nº 12, 1995, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, págs. 15 a 17

<sup>9</sup> <http://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn:nir:stato:legge:1987-02-18:34>, acesso em 07 mar 2018

A luta contra organizações criminosas teve como grande impulso o depoimento de diversos *Pentiti* essenciais para descoberta de factos e de identificação de outros agentes. Lembre-se o *maxiprocesso* concretizado pela *pool* antimáfia formada juízes de Palermo, marco da luta contra a criminalidade organizada em Itália, principalmente contra a *Cosa Nostra*. É importante destacar que entre 1970 a 1990 a luta contra a criminalidade em Itália gerou uma verdadeira guerra, com o assassinato de diversos políticos, membros do Ministério Público e juízes, daí a importância da criação da *pool* antimáfia como resposta estatal.

De facto, a tarefa inviável de combater a Máfia de fora para dentro e a complexidade e periculosidade do ambiente exigiram uma nova estratégia investigativa do Estado, uma nova combatividade legislativa e da prática judiciária. Desta forma, um grande trunfo investigativo passaria a ser a utilização das colaborações processuais<sup>10</sup>.

Assistiu-se, no entanto, a uma manipulação e violação das regras constitucionais com o pretexto de defesa da ordem constitucional. Aquele a quem é imputado o crime passa a ser ele próprio objecto de prova e não de pena. Abre-se espaço a procedimentos inquisitoriais onde é perdida a imparcialidade e onde se busca a verdade substancial em detrimento da verdade processual. O modelo acusatório, próprio do Estado de Direito, onde existe o respeito pelas liberdades e garantias individuais tais como a presunção de inocência, direito à não auto-incriminação, ou seja, ao direito a um processo justo, é posto de lado. O imputado passa a ser a figura de maior protagonismo tanto na fase de inquérito como na fase de instrução.

A antecipação das penas e as medidas de prisão são banalizadas através de medidas cautelares o que faz com que o carácter retributivo da pena venha a perder lugar para uma função preventiva. É, assim, através do processo penal que o Estado aplica a punição preventiva, cujo principal fim passa a ser manter o indivíduo nas mãos da acusação, forçando a sua confissão e/ou colaboração com a Justiça.<sup>11</sup> Pelo caminho são afrontados princípio com o da legalidade, da acusação ou, mesmo, da investigação.

---

<sup>10</sup>A operação *mani pulite* foi o grande marco, capaz de revelar uma complexa estrutura de corrupção que envolvia os principais meios económicos e políticos de Itália e que se havia construído desde o final do Fascismo. Leia-se, entre outros, MORO, SÉRGIO FERNANDO, *Considerações sobre a operação mani pulite*, in Revista CEJ, 2004, nº 26, págs. 55 a 62, disponível em <http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/625/805> último acesso a 08 Mar 2018, acerca da importância da independência judiciária, da deslegitimação do sistema político corrupto em Itália e da colaboração processual de Mário Chiesa, Tommaso Buscetta, e outros, no âmbito da referida operação.

<sup>11</sup> Leia-se, quanto a este tema, o artigo de: FERRAJOLI, LUIGI, *Emergenza Penale e Crisi della Giurisprudizione*. 1984, in *Dei Delitti e Della Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici Giuridici sulla Questione Criminale*, Bologna, ano 2º, nº 2, págs. 271 a 292, citado por DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* págs. 27 - 28

### 2.1.1. RECENTES ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO ITALIANA

Não obstante os sucessos (ou falhanços) do combate à criminalidade organizada, a prática da colaboração processual em Itália revelou os referidos desvios garantísticos que tiveram de ser corrigidos. O uso de prisão preventiva como reforço negativo às colaborações processuais, assumido tacitamente pelo próprio sistema processual, levou a que a fruição de medidas alternativas àquela apenas fosse possível através da colaboração, tornando-a como que obrigatória<sup>12</sup>. Pondo, de certa forma, em causa o princípio da lealdade processual. Ao mesmo tempo, os falsos *Pentiti* passaram a ser uma realidade.

Neste sentido, ainda que o artigo 192º do Código Processo Penal Italiano<sup>13</sup>, nos parágrafos 3 e 4 estabelecesse que as declarações apenas adquirissem valor probatório após confirmação através de outros elementos independentes, foi adoptada, pela *Suprema Corte di Cassazione* Italiana, a forma de valoração das declarações do agente baseada em três níveis: a credibilidade do declarante, *i.e.*, além dos motivos que o levaram a colaborar deve ser feita uma análise subjectiva da sua personalidade e antecedentes. De seguida, num segundo nível, a avaliação da confiabilidade intrínseca (ou genérica) da colaboração, desde a espontaneidade à coerência e precisão das declarações. Por fim, a confiabilidade extrínseca (ou específica) através do confronto do conteúdo da colaboração com o resto das provas obtidas<sup>14</sup>.

Este posicionamento jurisprudencial<sup>15</sup> denotava, indirectamente, uma certa protecção ao aspecto voluntário da colaboração. Num primeiro momento, a análise dos motivos que levaram o agente a

---

<sup>12</sup> Cf. BERNASCONI, ALESSANDRO, *La Collaborazione Processuale: incentivi, protezione e strumenti di garanzia e confronto con l'esperienza statunitense*, 1995, Milano, Editora Giuffrè, pág. 100-101, citado por DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...*, pág. 45, nota 76

<sup>13</sup> Doravante CPPI

<sup>14</sup> Cf. BITTAR, WALTER BARBOSA, *Delação Premiada: direito estrangeiro: doutrina, jurisprudência*, 2011, Rio de Janeiro, editora Lumen Juris, pág. 18

<sup>15</sup> Quanto aos três níveis de valorização das declarações: Ac. *Suprema Corte di Cassazione* nº 13272/1998: “Il vigente art. 192, comma terzo, c.p.p. stabilisce una limitazione della libertà di convincimento del giudice, vietando l'attribuzione del valore di prova alla sola chiamata in correità, quando non sia accompagnata da «altri elementi di prova che ne confermano l'attendibilità», dato che essa proviene da soggetti coinvolti, in grado maggiore o minore, nel fatto per cui si procede, onde è ragionevole il dubbio sull'assoluto disinteresse del chiamante. Pertanto il giudice deve in primo luogo risolvere il problema della credibilità del dichiarante (confidente e accusatore), in relazione, tra l'altro, alla sua personalità, alle sue condizioni socio-economiche e familiari, al suo passato, ai rapporti con i chiamati in correità e alla genesi remota e prossima della sua risoluzione alla confessione e all'accusa dei coautori e complici; in secondo luogo, deve verificare l'intrinseca consistenza e le caratteristiche delle dichiarazioni del chiamante alla luce di criteri come quelli della precisione, della coerenza, della costanza, della spontaneità; infine, egli deve esaminare i riscontri cosiddetti esterni.”; ou ainda interpretando o artigo 192º/3 como uma indicação do critério argumentativo a tomar pelo juiz: Ac. *Suprema Corte di Cassazione* nº 13008/1998: “Il terzo comma dell'art. 192 c.p.p. non introduce una deroga o una restrizione quantitativa allo spazio del libero convincimento del giudice, e neppure è volto a porre divieti di utilizzazione, ancorché impliciti, o ad indicare una gerarchia di valore delle acquisizioni probatorie, ma si

colaborar, podendo considerar-se inadmissíveis declarações cujo motivo fosse ilegítimo. A espontaneidade com que as declarações teriam sido feitas denotaria a preocupação com a liberdade individual em detrimento de influências de pressão do Estado sobre a decisão do arguido.

A nível legislativo foram nascendo mudanças que procuraram corrigir falhas que a colaboração processual revelou. Destacam-se duas leis que modificaram o regime do direito premial italiano. Assim, a Lei nº 45/2001<sup>16</sup> veio reforçar o procedimento, tornando-o mais claro e eficaz a partir da criação do *verbale illustrativo*, trazendo maior transparência para a gestão da colaboração. Determinou-se a forma e modo de redacção para o *verbale* além de uma limitação temporal à recolha de informações do *Pentito*, de 180 dias<sup>17</sup>.

Com a Lei nº 63/2001<sup>18</sup>, surgiu a preocupação de adequação da colaboração processual com os princípios do contraditório e o direito de defesa, e o próprio direito ao silêncio. Neste sentido, foram impostos limites à utilização de informações não confirmadas em juízo pelo colaborador, bem como à possibilidade de o colaborador prestar informações diversas das que se encontram escritas no *verbale illustrativo*, claro reflexo do princípio da imediação (no que à prova diz respeito). No que respeita ao direito ao silêncio, estatuiu-se que o colaborador poderá exercê-lo relativamente aos crimes imputados à sua pessoa, estando, porém, obrigado a responder ao que lhe fosse perguntado em ligação a outros factos<sup>19</sup>.

O artigo 18º-*bis* da Lei nº 354/1975 permite que no âmbito da investigação criminal fossem realizadas entrevistas particulares com os detidos, a fim de se adquirir informações úteis à prevenção ou repressão da criminalidade organizada. Com a referida mudança legislativa passaram a ser proibidas estas entrevistas se o investigado já tivesse manifestado interesse em colaborar. Se essa vontade fosse manifestada apenas após a entrevista, toda a informação deveria ser obrigatoriamente inserida no *verbale illustrativo*, impedindo novas entrevistas.

Em suma: a figura da delação premiada aparece dentre um conjunto de legislação de emergência, primeiro de combate ao terrorismo, tráfico de estupefacientes e, depois, ao crime organizado, que

---

limita unicamente a indicare il criterio argomentativo che il giudice deve seguire nel portare avanti l'operazione intellettuale di valutazione delle dichiarazioni rese da determinati soggetti.”

<sup>16</sup> Disponível em: <http://www.normattiva.it/atto/caricaDettaglioAtto?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2001-03-10&atto.codiceRedazionale=001G0088>, último acesso em 10 mar 2018

<sup>17</sup> Cf. BITTAR, WALTER BARBOSA, *Delação Premiada...*, pág 20

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.normattiva.it/atto/caricaDettaglioAtto?atto.dataPubblicazioneGazzetta=2001-03-22&atto.codiceRedazionale=001G0118>, último acesso em 10 mar 2018

<sup>19</sup> Cf. BITTAR, WALTER BARBOSA, *Delação Premiada...*, pág. 21-22

contaminava a sociedade italiana em geral, em particular a sociedade política e judicial. Esta conjuntura favoreceu a adopção de comportamentos judiciais inquisitórios que atropelaram os princípios do processo penal. Com efeito, a instrumentalização da prisão preventiva como mecanismo de pressão para a obtenção de colaboração seria um método marcadamente inquisitório<sup>20</sup>. O próprio direito ao silêncio e o exercício da defesa eram desincentivados porquanto isso significaria a consequente adopção, por parte do Estado de uma posição repressiva e irreduzível. Naturalmente, a escolha pela colaboração mostrava-se como a única possibilidade de se desfrutar de certos benefícios processuais assim o uso indiscriminado das colaborações originou a existência dos falsos *Pentiti* e de injustas condenações<sup>21</sup>.

Traçada uma descrição geral da evolução e das linhas actuais, cabe concluir que a figura procura, hoje, proteger o imputado de abusos, através de um processo mais transparente, em respeito pelos princípios estruturantes do processo penal<sup>22</sup>. Os benefícios que advenham da colaboração deixaram de ser permitidos de forma automática, após a realização da colaboração.

## 2.2. O EXEMPLO ALEMÃO

Na Alemanha, a colaboração processual não se destacou como em Itália.

A primeira previsão legal a beneficiar imputados que decidissem colaborar com as investigações surge na Lei de Narcóticos (*Betäubungsmittelgesetz*), de 1981, sob o nome de *crown witness*. Na secção 31 prevê-se a premiação do agente, imputado do crime de tráfico de narcóticos<sup>23</sup>, que, voluntariamente, forneça informações relevantes para se chegar ao conhecimento do crime, além da sua participação; ou que, voluntariamente, forneça informações capazes de impedir a prática de crimes tipificados na Lei de Narcóticos.

No campo do crime organizado (Secção 129, subsecção 6 e Secção 261, subsecção 9 do *Strafgesetzbuch* - doravante StGB (Código Penal Alemão)) e do terrorismo (Secção 129<sup>a</sup>,

---

<sup>20</sup> Cf. *supra*, 2.1, pág. 8

<sup>21</sup> Recorde-se o suicídio do Juiz Domenico Signorino por causa da sua condenação na sequência de uma delação - de que seria conivente com a Cosa Nostra - de uma falsa colaboração de Gaspere Mutolo, tendo posteriormente sido absolvido.

<sup>22</sup> Veja-se, entre outros autores, quanto a esses princípios no processo penal português: Silva, Germano Marques da, *Direito Processual Penal Português do procedimento...* págs. 63 a 106

<sup>23</sup> Act on Trafficking in Narcotics (Gesetz über den Verkehr mit Betäubungsmitteln), tradução de: ZIMMERMAN, ANNA KATHARINA, *Securing Protection and Cooperation Witnesses and Whistle-blowers: an overview of the law as it stands in Germany* pág. 30, Disponível em:

[http://www.unafei.or.jp/english/pdf/PDF\\_GG4\\_Seminar/Fourth\\_GGSeminar\\_P20-35.pdf](http://www.unafei.or.jp/english/pdf/PDF_GG4_Seminar/Fourth_GGSeminar_P20-35.pdf), último acesso 21 mar 2018



subsecção 7 StGB) encontra-se também a atenuação da pena, ou mesmo isenção, para os agentes que cooperassem com as autoridades com o objectivo de esclarecer ou de impedir o cometimento de outros crimes.

Tal como em Portugal, tem havido bastante controvérsia acerca da introdução de uma norma geral que criasse a delação premiada (os “*Crown Witness Arrangements*”) pois estes estão em tensão com o princípio da obrigatoriedade da acção penal, no âmbito do processo penal e o princípio da culpa, no âmbito penal<sup>24</sup>.

Em setembro de 2009 foi acrescentado o artigo 46b ao StGB, o qual é considerado por alguns autores uma previsão legal da delação premiada. De facto, se bem se entendeu, está prevista uma atenuação da pena de prisão perpétua para um mínimo de 10 anos (46b/2 StGB), ou uma ausência de pena no caso de o agente poder vir a ser punido com uma sentença de prisão no máximo de 3 anos (nos termos do mesmo artigo 46b/2), no caso de o agente colaborar para a obtenção de provas ou captura de outros agentes. Tal prémio apenas será atribuído em audiência de Julgamento - “*the court may mitigate the sentence under secctio 46b*” , “*the court may order a discharge if the offence (...)*” - nos dois casos referidos, ademais, o princípio da imediação a tal obriga. Ainda assim, nos termos do artigo 46b/3 esta colaboração está limitada temporalmente ao início do procedimento criminal (instrução ou audiência de julgamento).

Do que ficou dito, ficou claro que a figura da delação premiada existe na Alemanha, mas apenas pode ser decretada judicialmente, ou seja, apenas ao tribunal cabe o poder de atribuir *prémio* ao arguido - aliás, quase nos mesmo termos que existe em Portugal, como se verá *infra*<sup>25</sup>.

### 2.3. O EXEMPLO BRASILEIRO

Relativamente a este ordenamento jurídico muito havia a escrever, porquanto têm sido diversas as intervenções legislativas no sentido de aperfeiçoamento da figura da delação premiada e dos procedimentos a adoptar. De facto, um longo caminho foi percorrido desde a Lei do Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990, de 25 de julho) até à Lei nº 12.850/2013, de 2 de agosto, actualmente em vigor. O estudo aqui levado a cabo revelar-se-á mais denso por ser onde, na forma de Lei, se regulamentou a colaboração premiada e se autoriza a realização de um acordo formal entre o Ministério Público (ou autoridade policial - “*delegado de policia*” na fase pré-processual)

---

<sup>24</sup> ZIMMERMAN, ANNA KATHARINA, *Securing Protection...* pág. 30

<sup>25</sup> Cf. *infra* 3. a 3.7



e acusado (cf. artigo 4º, § 6º Lei nº 12.850/2013), aplicando-se uma ideia de justiça consensual e mitigando-se a obrigatoriedade da acção penal. Assim, bem ou mal, a verdade é que se está perante um modelo de justiça mais intrusiva dos direitos fundamentais do cidadão - ainda que disponíveis -, o que requer, aqui, alguma atenção redobrada. Ademais, na sociedade portuguesa, quando se fala em delação premiada, é, de certa forma, a figura que se encontra no diploma que agora se analisa, aquela que serve de exemplo aos prós e contras da sua introdução no sistema jurídico português. Introdução essa que, a fazer-se tal qual está prevista no Brasil, se revelaria parcial, senão totalmente, incompatível com os princípios que estruturam o processo penal português.

Acima de tudo, esta Lei 12.850/2013, veio definir o conceito de organização criminosa, e dispor “(...) sobre a investigação criminal, os meios de obtenção de prova, infracções penais correlatas e procedimento criminal a ser aplicado” (artigo 1º, § 1º). Apenas tendo em conta a teleologia político-criminal subjacente ao referido preceito, ou seja, a especial danosidade social inerente à existência de uma associação criminosa bem como todas as dificuldades investigatórias na detecção e perseguição penal, se podem justificar a criminalização da pertença a uma organização criminosa e a previsão de instrumentos probatórios que, à luz dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, sejam especialmente sensíveis<sup>26</sup>.

Assim, crimes externos à organização criminosa não poderão ser objecto de perseguição criminal por meio dos mesmos instrumentos probatórios consagrados e definidos neste diploma. No mesmo sentido, há uma limitação da eficácia da delação premiada ao processo em que foi pactuada bem como aos seus efeitos, os quais só se podem dar dentro desse mesmo processo.

A Lei em apreço veio, ao mesmo tempo, regulamentar a delação premiada através da criação de um procedimento específico e detalhado. Assim, o artigo 4º (e os seus dezasseis parágrafos) vem estipular qual o procedimento a adoptar para a formulação do acordo de colaboração premiada; no artigo 5º são especificados quais os direitos do colaborador; no artigo 6º encontram-se as formalidades que devem ser tidas em conta para o termo de colaboração e, por fim, os artigos 7º e 4º, §§ 7º e 8º, dispõem acerca do pedido de homologação a ser apreciado pelo Juiz.

A delação premiada é, então, um instrumento de obtenção de provas incriminatórias tanto do próprio colaborador, como de terceiros, daí a sua denominação de delação. Ao delator cabe a

---

<sup>26</sup> Cf. CANOTILHO, J.J. GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada e Auxílio Judiciário Penal: a ordem pública como obstáculo à cooperação com a operação Lava Jato*, 2016, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 146º, nº 4000, pág. 29

prestação de depoimento e, eventualmente, do fornecimento de outros meios de prova (documental, por ex.) ou na participação em outros actos de natureza probatória. No caso de a sua colaboração ser determinante da produção dos resultados previstos no referido artigo 4º - “I - a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; I - a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III - a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV - a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticada pela organização criminosa; V - a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.” - o delator deverá, em princípio, beneficiar da vantagem que anteriormente tenha pactuado com o Ministério Público como condição para colaborar.

### **2.3.1. A NATUREZA JURÍDICA DA COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI 12.850/2013**

Quanto à natureza jurídica da delação premiada já o Supremo Tribunal Federal Brasileiro<sup>27</sup> se pronunciou, considerando que se está perante um negócio jurídico processual “(...) o acordo de colaboração não se confunde com os depoimentos prestados pelo agente colaborador. Enquanto o acordo de colaboração é meio de obtenção de prova, os depoimentos propriamente ditos do colaborador constituem meio de prova, que somente se mostrarão hábeis à formação do convencimento judicial se vierem a ser corroborados por outros meios idôneos de prova.”<sup>28</sup>

O objecto da delação premiada é a cooperação do imputado na persecução penal, daí que se considere a sua natureza negocial como um acordo que envolve a produção probatória e que se desenvolve no âmbito da actividade processual<sup>29</sup>. Neste sentido, esta colaboração caracteriza-se por ser um acordo de vontades entre sujeitos processuais exclusivo para a produção de efeitos no seio do ambiente processual, efeitos estes que poderão ser materiais - relativos à aplicação da pena - ou processuais - relativos à própria colaboração do agente na actividade probatória, à renúncia do direito ao silêncio e à confissão que será implícita<sup>30</sup>.

Aliás, se se tiver em atenção os termos que a Lei nº 12.850/2013 utiliza no § 6º, artigo 4º “O Juiz não participará das negociações entre as partes para formalização do acordo”, o parágrafo 11º do

---

<sup>27</sup> Doravante STF

<sup>28</sup> Habeas Corpus 127.483, *in* Brasil. Supremo Tribunal Federal. Relator: Ministro Toffoli, Dias, Brasília, 26 de Abril 2016

<sup>29</sup> Cf. CAPEZ, RODRIGO, *Polémica em Torno da Colaboração Premiada de Preso é Estéril*, 2016, Consultor Jurídico, disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jul-21/rodrigo-capez-polemica-colaboracao-premiada-presos-esteril>, último acesso 29 Mar 2018

<sup>30</sup> DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* pág. 108

mesmo artigo “A sentença apreciará os termos do acordo.” ou ainda, o § 15º “Em todos os actos de negociação, confirmação e execução da colaboração, o colaborador deverá estar assistido por defensor.” ver-se-á a semelhança com o negócio jurídico processual<sup>31</sup>. Este pode ser definido como “uma declaração de vontade, unilateral ou bilateral, dirigida ao fim específico da produção de efeitos no âmbito do processo, de que é exemplo, no processo civil, a transacção em juízo<sup>32</sup> (...)” São, então, estabelecidas obrigações recíprocas entre as partes, envolvendo directamente a actividade probatória e o direito material aplicável ao caso concreto, ainda que não exista o objectivo de modificar o procedimento processual.

Quanto a este último ponto (a não modificação do procedimento processual), é ponto assente de que num processo penal democrático só é admissível uma responsabilização penal baseada em factos apurados de modo processualmente válido o que é totalmente incompatível com a procura da verdade a todo o custo. Daí se diga que num processo penal de um Estado de Direito a protecção da formalidade do processo não é menos importante do que a condenação dos culpados e o restabelecimento da paz jurídica.<sup>33</sup>

Esta conformidade processual deverá ser aferida pelo juiz no acto de homologação do acordo de colaboração - nos termos da lei, o acordo “(...) será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade (...)” (artigo 4º, § 7º) podendo a homologação ser recusada ou alterada pelo juiz. Com efeito, este “(...) poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais, ou adequá-la ao caso concreto.” (§ 8º, do mesmo artigo). Com a homologação do acordo não se dá apenas uma declaração da validade legal deste pelo juiz, mas também como que um assumir de compromisso em nome do Estado, *i.e.*, as vantagens prometidas ao réu colaborador devem ser-lhe outorgadas caso a colaboração ocorra tal qual tenha sido pactuada e os resultados sejam positivos.

---

<sup>31</sup> Para uma mais aprofundada análise acerca de negócio jurídico processual no contexto do sistema jurídico brasileiro, leia-se: CABRAL, ANTÓNIO DO PASSO, *Convenções Processuais: entre publicismo e privatismo*, 2015 Tese-Livre docência, São Paulo; DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* págs. 107 a 136;

<sup>32</sup> RODRIGUES JUNIOR, OCTÁVIO LUIZ, *Estudo Dogmático da Forma dos Actos Processuais e Espécies in* Revista Jurídica, ano 52º, nº 351, 2004 Porto Alegre, editora Notadez, pág. 184 disponível em: [www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/download/170/193/](http://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/download/170/193/), último acesso 12 Abr 2018

<sup>33</sup> Cf. CANOTILHO, J.J. GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada...* pág. 25, referindo-se a ROXIN/SCHUNEMANN

### 2.3.2. OS BENEFÍCIOS PREMIAIS

Nos termos da citada Lei estão previstas duas modalidades de colaboração premiada as quais conferem específicos e autónomos benefícios penais e processuais penais que poderão ser concedidos ao colaborador, o acordo pré-sentencial e o pós-sentencial.

Numa fase pré-sentencial (no período que vai até à prolação da sentença, antes ou depois do oferecimento da denúncia/acusação), o acordo centra-se nos §§ 2º a 4º do artigo 4º da Lei 12.850/2013. Da enunciação do *caput* do artigo 4º retira-se que podem ser convencionadas, alternativamente (e não cumulativamente<sup>34</sup>), uma de três vantagens, de natureza penal “conceder perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos (...)” ou ainda, no caso de o colaborador “I - não for o líder da organização criminosa; II - for o primeiro a prestar efetiva colaboração (...)” (artigo 4º, § 4º), a abstenção de oferecimento de denúncia.

Caso a colaboração seja apenas acordada e efectivada após a sentença “(...) a pena poderá ser reduzida até a metade ou será admitida a progressão de regime ainda que ausentes os requisitos objetivos.” (§ 5º, do mesmo preceito).

Está-se perante uma taxatividade do catálogo legal dos benefícios passíveis de serem atribuídos ao colaborador, pelo que quaisquer outras vantagens com ausência de previsão legal não poderão ser prometidas, nem tampouco concedidas. No mesmo sentido, não é permitida a atribuição de um benefício previsto para a fase pré-sentencial na fase pós-sentencial (por ex. perdão judicial) ou o inverso, o benefício, por ex. da progressão do regime de execução de pena privativa da liberdade na fase pré-sentencial<sup>35</sup>.

### 2.3.3. AS OBRIGAÇÕES E OS DIREITOS DO COLABORADOR

Segundo o § 14º do já referido artigo 4º da Lei 12.850, as obrigações essenciais para a existência do acordo são a renúncia do direito ao silêncio e o compromisso legal de dizer a verdade (sempre na presença do seu defensor). Quanto à primeira, pressupõe-se a confissão dos factos em que o colaborador tenha participado. De facto, não seria possível colaborar sem produzir provas contra

---

<sup>34</sup> Cf. BITENCOURT, CESAR ROBERTO/BUSATO, PAULO CÉSAR, *Comentários à Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850/2013*, 2014, São Paulo, pág. 129 citado por CANOTILHO, J.J. GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada...* pág. 30

<sup>35</sup> Leia-se, quanto a vantagens penais sem base legal, concedidas em acordos de colaboração premiada pelo Ministério Público Brasileiro, a detalhada análise da “*frequente subversão e manipulação dos quadros premiais definidos na Lei 12.850/2013*”, de CANOTILHO, J.J. GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada...* pág. 30 a 35

si mesmo ou mantendo-se em silêncio. Ainda que se considere haver, neste caso, um atentado ao direito ao silêncio, a verdade é que por ser sujeito processual o réu pode, desde que livre e conscientemente, dispor do seu direito constitucional a não colaborar, como estratégia de defesa (processual) adoptada. Ademais, não se está perante um direito indisponível pelo que o colaborador poderá voluntariamente dele abdicar<sup>36</sup>. Ainda que esteja o colaborador sujeito à medida de coacção de prisão preventiva não se lhe pode negar a possibilidade de celebrar um acordo através do qual obtenha benefícios, porquanto tal seria atentar contra o princípio da igualdade previsto na Constituição Federal Brasileira (tal como na Constituição da República Portuguesa). Importante é que esse acordo de (de colaboração premiada) seja celebrado de plena consciência da realidade e escolhido com liberdade<sup>37</sup>. Refira-se, neste sentido, que no § 5º, do mesmo artigo 4º se prevê o acordo de colaboração premiada “posterior à sentença” momento em que o colaborador estará a cumprir pena de prisão

O artigo 5º, do diploma em apreço, define quais os direitos do colaborador, os quais visam a protecção da sua integridade. Assim, existe a possibilidade de cumprir pena em estabelecimento prisional diferente dos demais co-arguidos; usufruto de medidas de protecção; informação pessoal mantida em segredo; participação nas audiências sem contacto visual dos outros arguidos e ainda ser conduzido ao tribunal em separado relativamente aos outros co-arguidos. Trata-se, evidentemente, de evitar que a decisão do colaborador não venha a ser influenciada por aspectos externos como o medo de represálias por parte de outros membros da organização criminosa.

Já no tema relativo ao resultado da colaboração, ter-se-á que separar a efectividade da colaboração da sua eficácia<sup>38</sup>. Quanto à primeira, esta passa pela obrigatoriedade de transparência e de

---

<sup>36</sup> Cf. VALDEZ PEREIRA, FREDERICO, *Compatibilização Constitucional da Colaboração Premiada*, 2013 in Revista CEJ, Brasília, nº 59, ano XVIII, pág. 87 disponível em <http://www.ibccrim.org.br/DPE2014/docs/flavio/valdez.pdf>, último acesso 12 mar 2018, com citações jurisprudenciais do Tribunal Constitucional Espanhol e *Supreme Court EUA*.

<sup>37</sup> Cf. CAPEZ, RODRIGO, *Polémica em Torno da Colaboração Premiada*...pág. 2, o autor refere o Acórdão do Plenário do Supremo Tribunal Federal Brasileiro quanto ao Habeas Corpus 127.483/SP, de 27 de Agosto de 2015, cujo relator foi o Ministro Dias Toffoli e onde se decidiu, por unanimidade, que “*requisito de validade desse acordo é liberdade psíquica do agente, e não sua liberdade de locomoção. A declaração de vontade do agente deve ser produto de uma escolha feita com liberdade (=liberdade psíquica), e não necessariamente EM liberdade, no sentido de liberdade física.*”

<sup>38</sup> Cf. AZEVEDO, DAVID TEIXEIRA DE, *A Colaboração Premiada num Direito Ético*, 1999, S. Paulo, in Boletim IBCCRIM, nº 83, ano 7: “*O requisito da efetividade da colaboração não se confunde, portanto, com sua eficácia, dado ou condição prevista na parte final do dispositivo. Para a concessão do perdão judicial, deve a colaboração ser voluntária, efetiva e deve de algum modo ser eficaz, a produzir ao menos um dos efeitos desejados que empolgaram o acusado a colaborar. Vale dizer, deve dela ter resultado ou a identificação dos co-autores ou partícipes, ou a localização da vítima ou a recuperação total ou parcial do produto do crime. A eficácia, destarte, coloca-se como resultado posterior que independe da natureza da colaboração. Isto é, sendo a colaboração voluntária e efetiva dela poderá surgir ou não um dos três resultados previstos nos incisos, qualquer deles capazes de justificar o perdão judicial, que se funda (...)*”; contra: MENDRONI, MARCELO BATLOUNI, *Crime Organizado: aspectos gerais e*

sinceridade nos depoimentos que sejam prestados, pela demonstração de empenho e compromisso com as investigações, através da revelação de todas as informações de que é conhecedor numa forma permanente, estável, real e interessada. Mal seria se se imputasse ao colaborador o ónus investigativo do Estado.

Por outro lado, considera-se<sup>39</sup> que deve haver alguma correspondência entre a postura activa do colaborador e os resultados alcançados - os quais estão previstos objectivamente na Lei nº 12.850/2013, no artigo 4º (I, II, III, IV e V). Assim, e tendo em consideração a diferenciação entre eficiência, eficácia e efectividade<sup>40</sup> - onde a primeira está ligada à aptidão do meio pelo qual se pretende atingir certo resultado e a segunda à produção do efeito desejado que as partes estabeleceram no acordo de colaboração (a ser, na fase da sentença, aferido pelo Juiz, nos termos do §11º do artigo 4º do mesmo diploma), e a efectividade terá que ver com a repercussão social, económica ou política do resultado atingindo - esta será a consequência positiva da eficácia obtida a partir da colaboração em todo o contexto das investigações, ou seja, da utilidade do seu contributo para o esclarecimento das informações já angariadas pelas autoridades investigativas e bússola de novos caminhos a traçar no âmbito da investigação. Nestes termos, pode concluir-se que a efectividade foge, de certa forma, ao controle do delator e relaciona-se com a actividade de investigação das autoridades policiais e do Ministério Público, imputando-se àquele apenas a eficiência do meio e a eficácia dos resultados<sup>41</sup>.

#### **2.3.4. (BREVES) NOTAS FINAIS QUANTO À LEI 12.850/2013**

O legislador brasileiro procurou regulamentar a figura da delação premiada definindo o âmbito de aplicação (artigo 1º), quais os resultados que se pretende obter através da colaboração (artigo 4º, incisos I, II, III, IV, V) e ainda o prémio a atribuir ao colaborador que contribua para os alcançar (artigo 4º, *caput*).

---

*mecanismos legais*, 2015, 5ª edição, Editora Atlas pág. 149, o autor defende que a efectividade da colaboração corresponde à sua eficácia, cf. citado por DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* pág. 133

<sup>39</sup> DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* págs. 134 e 135, com referências bibliográficas.

<sup>40</sup> FERNANDES, ANTÓNIO SCARANCE, *Reflexões sobre as Noções de Eficiência e de Garantismo no Processo Penal in Sigilo no Processo Penal: eficiência e garantismo*, 2008, Revista dos Tribunais, págs. 17 e 18, citado por DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* pág. 134

<sup>41</sup> DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada...* pág. 136. No mesmo sentido, na doutrina portuguesa, LEITE, INÊS FERREIRA, *Arrependido: a colaboração do Co-Arguido na investigação criminal*, in 2º Congresso de Investigação Criminal, 2011, Coimbra, Editora Almedina, pág. 395 “No que respeita às provas produzidas, deverá apenas exigir-se que estas tenham sido relevantes no processo de identificação ou captura de outros agentes do crime, ainda que não venham depois a relevar-se decisivas para uma condenação”



Procurou, para tal, atribuir ao juiz o controlo da legalidade do acordo e das garantias fundamentais do colaborador, bem como da apreciação da efectividade da colaboração na sentença. O papel do juiz é imparcial, não cuidando do mérito da colaboração, mas sim dos aspectos formais previstos na Lei, na verdade o princípio da imediação é posto em segundo plano. Assim, no controlo da legalidade do acordo (artigo 4º, §7º), o juiz deverá ter em conta se a colaboração está prevista na Lei, respeita as regras de direito e os padrões dos direitos humanos; se é necessária, *i.e.*, se não há, no caso, meios que restrinjam menos os direitos fundamentais em ordem à obtenção de prova e se houve voluntariedade na colaboração; e ainda, se esta foi feita livre de pressões ou coacções por parte das autoridades. Aliás, é para este fim que a Lei prevê que o delator seja ouvido de forma sigilosa pelo juiz (na presença do seu defensor).

Não obstante, a realidade da aplicação da Lei tem sido outra. De facto, várias têm sido as vantagens penais e processuais atribuídas sem base legal<sup>42</sup>: redução da pena em multa, suspensão de procedimentos, regimes de progressão da pena privativa de liberdade de meio fechado para semi-aberto e/ou meio aberto decorrido que seja determinado período de tempo (sem que haja o delator sido judicialmente sentenciado, ou seja, numa fase pré-sentencial).

#### 2.4. O *PLEA BARGAINING* NOS E.U.A.

O *plea bargaining* pode ser definido<sup>43</sup> como o processo através do qual o acusado e o Ministério Público num processo criminal procedem a uma regulação mutuamente satisfatória do caso, sujeita a aprovação do tribunal. Por regra, envolve a admissão da culpa do arguido relativamente a um crime menos grave ou só um, ou alguns, de vários crimes de que foi acusado em troca de uma pena mais leve do que aquela que seria possível pela acusação mais grave<sup>44</sup>.

Na senda da tradição jurídica anglo-saxónica - sistema adversarial de *common law* -, o direito processual penal dos E.U.A confere amplos poderes discricionários ao Ministério Público quer a respeito da decisão de promoção, quer da decisão de prossecução, quer ainda à disponibilidade do conteúdo do objecto processual penal. De facto, a condução da acção penal nestes termos permite

---

<sup>42</sup> Veja-se, por ex., quanto ao caso Lava Jato, a análise de vantagens penais e processuais atribuídas aos colaboradores sem base legal (com transcrições dos acordos em pé de página): CANOTILHO, J.J. GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada*... págs. 29 a 33

<sup>43</sup> “The practice of negotiating an agreement between the prosecution and the defense whereby the defendant pleads guilty to a lesser offense or (in the case of multiple offenses) to one or more of the offenses charged in exchange for more lenient sentencing, recommendations, a specific sentence, or a dismissal of other charges.” In *Encyclopaedia Britannica*, disponível em: <https://www.britannica.com/topic/plea-bargaining>, visualizado a 13 Abr. 2018

<sup>44</sup> Cf. PHILLIP RAPOZA, *A Experiência Americana do Plea Bargaining: A excepção transformada em regra*, in *Julgado* - n.º 19 - 2013, Editora Coimbra, pág. 211

grande incentivo às confissões e às negociações entre a acusação e o arguido, destacando-se consequentemente a *plea bargain*. Consequentemente, o tribunal de júri tem vindo a ser substituído pela figura que agora se analisa.

Apesar de, historicamente, nem sempre ter sido assim, a realidade actual é a de que a esmagadora maioria dos casos criminais nos Estados Unidos é resolvida por meio do *plea bargaining*. Daí que o Supremo Tribunal dos E.U.A tenha já afirmado que “the reality is that criminal justice today is for the most part a system of pleas, not a system of trials.”<sup>45</sup>

O aumento do número de processos de natureza criminal nos tribunais veio proporcionalmente incentivar o uso do *plea bargain* de forma a dar resposta àquele fenómeno e ao desejo de os resolver célere e eficientemente. De facto, se todas as acusações criminais fossem submetidas a julgamento em toda a sua amplitude, os estados e o Governo Federal precisariam de multiplicar várias vezes o número de juízes e tribunais<sup>46</sup>.

Uma negociação relativa à pena traz consigo uma admissão de culpa. Neste ponto, não é de menor importância a avaliação do carácter voluntário da confissão, *i.e.*, a autonomia da vontade é um aspecto relevante para a legalidade do *plea bargaining*. Na verdade, há uma renúncia do direito ao silêncio e um consentimento a uma condenação sem que o arguido seja sujeito a julgamento, daí que se considere dever ser um acto voluntário, informado e consciente.

A referida avaliação é levada a cabo pelo juiz em conferência com o arguido, onde aquele terá de concluir que existe uma base fáctica para a *guilty plea* deste relativamente a cada uma das acusações relevantes; que o arguido não se encontra sob influência de drogas ou álcool, nem sofre qualquer tipo de doença mental ou outra limitação; que o arguido compreende plenamente as acusações relativamente às quais está a assumir a culpa e que o *plea* é feito de forma consciente voluntária e esclarecida, com pleno conhecimento das consequências de assumir a culpa e, ainda, que o arguido compreende os direitos a que está a renunciar e está consciente, voluntaria e esclarecidamente a renunciar a esses direitos<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Cf. pág. 3 *Lafler v Cooper*, 132 S.Ct. 1376, 1388 (2012), disponível em:

<https://www.supremecourt.gov/opinions/11pdf/10-209.pdf>, último acesso 02 Abr 2018

<sup>46</sup> “The disposition of criminal charges by agreement between the prosecutor and the accused, sometimes loosely called “plea bargaining,” is an essential component of the administration of justice. Properly administered, it is to be encouraged. If every criminal charge were subjected to a full-scale trial, the States and the Federal Government would need to multiply by many times the number of judges and court facilities”. *Santobello vs New York*, 404 U.S. 257, 260 (1971) Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/404/257/case.html>, último acesso 02 Abr 2018

<sup>47</sup> Cf. PHILLIP RAPOZA, *A Experiência Americana do Plea Bargaining...* págs. 214 a 216



Esta busca de uma decisão consensual, e a subsequente renúncia à prossecução da acção penal, é vista como a mais pura aplicação do princípio da oportunidade (em prejuízo, diga-se, dos princípios da oficialidade, investigação e/ou imediação). O Ministério Público é, assim, livre para negociar com o infractor o conteúdo do objecto da acusação, seja qual for a gravidade dos crimes aí indiciados. Não deixa de representar uma inequívoca incursão do Ministério Público no domínio do tribunal, este apenas se limita a homologar - nos termos vistos supra - os resultados do acordo estabelecido entre acusação e defesa<sup>48</sup>.

Assim, na falta da exigência de uma obrigatoriedade em deduzir uma acusação, o Ministério Público tem a liberdade de: arquivar ou reduzir a acusação (*charge bargaining*), há uma acusação mais leve ou o Ministério Público acusa apenas quanto a certos crimes; ou de recomendar a redução da pena (*sentence bargaining*) o que implica a assunção de culpa pelo arguido quanto às acusações originais e, em troca, o Ministério Público recomenda uma pena mais benévola do que a que seria de esperar na sequência de uma acusação em sede de julgamento; ou ambos, em troca da admissão da culpa pelo arguido.

Esta ampla discricionariedade concedida ao Ministério Público para promover (ou não) a prática do *plea bargaining* pode conduzir a uma desigualdade material, permitindo tratar discriminadamente sujeitos com idêntica responsabilidade penal. A pena é imposta ao arguido sem que haja uma audiência de julgamento oral e contraditória. A própria desigualdade institucional entre as partes na negociação com o inerente medo de vir a sofrer tanto uma pena mais grave, ou a estigmatização - no caso de não aceitação da negociação proposta - como ser considerado parte incómoda para o célere e eficaz funcionamento do sistema formal de justiça podem, no limite, levar o arguido a confessar um crime que nem sequer cometeu<sup>49</sup>.

Por outro lado, pode acontecer que a pena negociada inclua uma recomendação de pena significativamente mais baixa do que seria geralmente esperado após julgamento o que torna o *plea bargaining* demasiado indulgente com os criminosos. Neste sentido, os arguidos escapam frequentemente à justa retribuição, o que bule com a confiança da sociedade num sistema judicial onde a Justiça pode ser negociada.

---

<sup>48</sup> Cf. DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO/ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Criminologia, o Homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2013, 1ª edição (reimpressão), Editora Coimbra, pág. 484

<sup>49</sup> Cf. TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *A Relevância Politico-Criminal da Suspensão Provisória do Processo*, 2000, Coimbra, Editora Almedina, págs. 154/155

Bem visto, dá-se um claro sacrifício dos princípios da legalidade e da verdade material e um reprovável atropelo aos princípios do contraditório e da publicidade. Já não se tem em vista a determinação de quem é culpado ou quem é inocente. A culpa do arguido é vista como um dado, em que a questão a ser tratada é o grau de sancionamento.

Alguma doutrina<sup>50</sup> dos E.U.A considera que este sistema subverte a natureza acusatória do processo penal, o qual passa a ser uma espécie de processo administrativo deixando poucos elementos caracterizadores de um processo acusatório. No entanto, funciona aceitavelmente e dentro das margens de tolerância social<sup>51</sup>.

---

<sup>50</sup> “We argue that plea bargains do not always represent improved choice for defendants, but rather a coordination trap. Without plea bargains, many defendants would not face the risk of trial; they might not be charged at all. Defendants are charged, and are threatened with trials, only because the prosecutor expects them to plea; they would not have been charged otherwise.” Cf. BAR-GILL, OREN/BEN-SHAHAR, OMRI *The Prisoner’s (Plea Bargain) Dilemma*, in *Journal of Legal Analysis*, 2009, Volume 1, issue 2, págs. 737 a 773,

<sup>51</sup> Cf. MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português, Do Procedimento...* pág. 108, nota 2

### 3. O CASO PORTUGUÊS<sup>52</sup>

Após a *supra* incursão pelos ordenamentos jurídicos de Itália, Alemanha, Brasil e E.U.A. é agora o momento de demonstrar como a delação premiada é tratada pela legislação portuguesa e quais as implicações que alguns princípios estruturantes do processo penal têm na sua tramitação.

Com a proliferação de fenómenos criminais complexos e de difícil investigação, certos segmentos de criminalidade colocam, pela sua natureza, grandes dificuldades ao nível da obtenção de prova. Daí que se possa considerar que a solução esteja em medidas legislativas de excepção, ainda que reservadas para aqueles de elevada danosidade social e de complexidade investigatória.

O legislador foi introduzindo de forma progressiva algumas medidas substantivas de promoção da colaboração, particularmente na criminalidade dominada pela especial danosidade das condutas, pelo carácter *victimless* - ainda que, no limite, se possa considerar o Estado como vítima e por consequência o cidadão - e pactuado das infracções ou pela complexidade dos métodos usados pelos criminosos, os quais quase que inviabilizam a aquisição de material probatório a partir de fontes externas às pessoas envolvidas. A falta de celeridade e de eficácia da justiça penal também podem ser consideradas como causa que contribui para que surjam tais medidas, ainda que, quanto a essas, o legislador tenha previsto algumas medidas de diversão, as quais serão analisadas *infra*<sup>53</sup>.

Importante é salientar, desde já, que quanto à determinação da pena o tribunal irá atender àquelas circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, deponham a favor ou contra o agente. Com efeito, nos termos do artigo 72º do C.P. o tribunal atenua a pena existindo “circunstâncias anteriores ou posteriores ao crime ou, contemporâneas dele, que possam diminuir por forma acentuada a ilicitude do facto, a culpa do agente ou a necessidade da pena”, sendo essas circunstâncias: a actuação sob influência de ameaça grave, ou sob ascendente de pessoa de quem depende ou a quem deva obediência; ter a conduta sido determinada por motivo honroso, forte solicitação ou tentação da própria vítima ou por provocação injusta ou ofensa imerecida; o

---

<sup>52</sup> Apenas a título de curiosidade, refira-se que nas Ordenações Filipinas no Livro 5, título. 116 era concedido *prémio* a “Qualquer pessoa, que der à prisão qualquer hum dos culpados, e participantes em (...) havemos por bem que, sendo igual na culpa, seja perdoado livremente, postoque não tenha perdão da parte (...)” distinguindo depois que “se não fôr participante do mesmo malefício, queremos que haja perdão para si (tendo perdão das partes) de qualquer malefício que tenha, postoque grave seja e, isto não sendo maior daquelle, em que he culpado o que assi deu à prisão.” No entanto, ainda que as partes não o perdoassem “(...) havemos por bem de lhe perdoar livremente o degredo, que tiver para África, até quatro annos, ou qualquer culpa, ou malefício, que tiver cometido, porque mereço degredo até os ditos quatro annos.” Não obstante o perdão apenas seria permitido em termos idênticos ao denunciado não podendo o imputado ter um perdão superior à pena a que o co-autor estivesse sujeito: “Porém, isto se entenderá, que o que dér á prisão o malfeitor, não haja perdão de mais pena, nem degredo, que de outro tanto, quanto o malfeitor receber”.

<sup>53</sup> Ver 4.

arrependimento sincero demonstrado através de actos, *i.e.*, a reparação dos danos causados; ou ainda, ter decorrido muito tempo sobre a prática do crime e o agente tenha mantido uma boa conduta. O artigo 73º C.P. vem definir quais os limites da pena aplicável caso haja lugar à sua atenuação.

O artigo 74º C.P. , por outro lado, respeita à dispensa de pena quanto aos crimes previstos e punidos com pena de prisão não superior a seis meses ou com multa não superior a 120 dias. Assim, o arguido, não obstante ser declarado culpado, pode ver o cumprimento da pena ser dispensado caso a ilicitude do facto e da sua culpa sejam diminutas; tenha o dano sido reparado e não existam razões de prevenção que se oponham à dispensa. Refira-se que caso o juiz creia que a reparação do dano está em vias de se verificar a sentença poderá ser adiada, para reapreciação do caso no prazo de um ano.

Fica claro que é tida em conta a relevância do arrependimento, ou seja, a conduta do agente posterior ao facto destinada a reparar as consequências do crime ou ainda actos demonstrativos de arrependimento sincero, para a atenuação da pena<sup>54</sup>.

No mesmo sentido, mas na perspectiva que aqui interessa, *i.e.*, no caso de uma colaboração do agente do crime na actividade probatória, existe a previsão da atenuação especial da pena nos crimes de branqueamento de capitais (artigo 368º-A C.P.) e corrupção passiva (artigos 373º e 374º C.P.), nos termos dos nºs 7 a 9 do artigo 368º-A e do artigo 374º-B (todos do C.P.), respectivamente.

Além dos artigos referidos pode encontrar-se o instituto da delação premiada em legislação extravagante relativa ao combate à corrupção e criminalidade económica e financeira, ao combate ao terrorismo, ao tráfico de estupefacientes, às medidas antidopagem no desporto, ao combate aos comportamentos antidesportivos e ainda no âmbito do regime jurídico das armas e munições - como se referirá *infra* - com a previsão do *prémio* de atenuação ou isenção da pena.

Os benefícios referidos assentam na distinção entre arguido arrependido e arguido colaborador e, por isso, se as normas, genéricas (artigos 71º, 72º, 73º e 74º), são aplicáveis a todos os tipos de crime mesmo àqueles de execução singular e dependem da concreta reparação do dano, já as que assentam na colaboração com a actividade probatória serão de aplicação somente nas formas de criminalidade organizada. Pelo que o benefício dependerá do fornecimento, pelo agente, de

---

<sup>54</sup> No mesmo sentido: BELEZA, TERESA PIZARRO, *Tão Amigos que nós éramos: o valor probatório do depoimento de co-arguido no Processo Penal Português*, in Revista do Ministério Público nº 74, 2º semestre de 1998, pág. 41

contributo decisivo<sup>55</sup> para a recolha da prova do crime quanto a outros participantes ou agentes do crime.

Escusado será dizer que as soluções de legislação premial que irão ser analisadas colocam o sistema em tensão permanente com a prerrogativa contra a auto incriminação, mesmo que se procure obter a incriminação de terceiros e não a condenação do arguido. Ainda que as declarações do arguido por serem contributos úteis à identificação e perseguição de outrem, a quem são imputados crimes mais graves e com elevada dificuldade de prova, possam reduzir aquela tensão, não a elimina.<sup>56</sup>

### 3.1. DA CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Quanto a este tipo de criminalidade, é prevista a atenuação da pena sempre que se verifique uma colaboração relevante para a incriminação de outros responsáveis. Neste sentido o artigo 374º-B do C.P. - do Capítulo IV, Dos Crimes Cometidos no Exercício de Funções Públicas, Secção I, da corrupção - com a epígrafe “*dispensa ou atenuação de pena*”, prevê a premiação de dispensa de pena caso o agente denuncie o crime até 30 dias da prática daquele, sempre antes da instauração de procedimento criminal, restituindo a vantagem ou o seu valor, no caso de coisa fungível (nº1, a)); prevê ainda que o mesmo benefício possa acontecer se, antes da prática do facto, o agente, voluntariamente, repudiar o oferecimento ou a promessa que tenha aceite, ou restituir a vantagem, ou o seu valor no caso de coisa fungível (nº1, b)); ou, por outro lado, retire, antes da prática do facto, a promessa ou o oferecimento da vantagem, ou solicite a restituição desta (nº1, c).

O preceito prevê também especial atenuação da pena, obrigatória, se o agente, em primeira instância, até ao encerramento da audiência de julgamento, auxilie concretamente na obtenção ou produção das provas decisivas para a identificação ou captura de outros responsáveis (nº2, a)), ou

---

<sup>55</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *Arrependido: a colaboração do Co-Arguido na investigação criminal*, págs. 393 a 395: A autora identifica, e bem, dois problemas quanto à expressão “provas decisivas”: se, quanto à avaliação do carácter decisivo das provas, esta deverá ser feita numa perspectiva *ex ante*, aquando do término da colaboração, ou *ex post*, após o término da produção da prova em audiência de julgamento; e, quanto à questão de se tratar de meras declarações, responde que a avaliação do carácter decisivo destas só poderá ser feito após, pelo menos, a prestação de tais declarações, em audiência de julgamento.

Como solução para a questão da aferição do carácter decisivo das provas, refere que, por a Lei portuguesa estipular o fornecimento de “provas decisivas” para identificação e captura de outros agentes do crime, e não para a respectiva condenação, a solução passará, se bem se entendeu, por um juízo feito *a final*, pelo tribunal, através de um exercício de prognose póstuma numa perspectiva *ex ante*. Assim, ao que parece, quanto à qualidade das provas produzidas, importante é que tenham contribuído para a identificação ou captura de outros agentes, na fase de investigação, considerando-se apenas o valor intrínseco daquelas ainda que não venham, depois, a revelar-se decisivas para uma condenação. Pelo que o carácter decisivo deverá ser aferido pelo tribunal nestes termos.

<sup>56</sup> Cf. OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova Contra si Mesmo, considerações em torno do princípio NEMO TENETUR SE IPSUM ACCUSARE*, 2017, Coimbra, Editora Almedina, pág. 468

no caso de ter praticado o acto a solicitação do funcionário, directamente ou por interposta pessoa (n.º2,b)).

No mesmo sentido, a Lei n.º 34/87, de 16 de julho, (sucessivamente alterada, actualmente Lei n.º 30/2015 de 2 de setembro), que se aplica aos “Crimes Da Responsabilidade de Titulares de Cargos Políticos”, prevê no seu artigo 19º- A a possibilidade de atenuação da pena. Aqui parece ter havido a preocupação em ajustar o estatuto de arrependido, tornando-o mais apelativo e convidativo, aproximando-o dos órgãos de investigação criminal e do tribunal, para colaboração com a justiça. O objectivo nesta premiação é, logicamente, a busca, pelo legislador, da obtenção de meios de prova (difíceis de conseguir) e o consequente combate a este tipo de criminalidade que tem vindo a proliferar<sup>57</sup>. Ainda que possa ser dito que afronta o princípio da investigação, não se crê que assim seja porquanto o princípio da oficialidade e o frágil valor das declarações do arguido obrigam a que o tribunal corrobore tais declarações com outros meios de prova.

Recorde-se o chamado “Pacote Anticorrupção<sup>58</sup>”: este nasceu na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela “Comissão eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate”, cuja Lei 32º/2010, de 2 de setembro veio incorporar e consumir a disciplina já estabelecida no artigo 8º da Lei 36º/94, de 29 de setembro<sup>59</sup>, sobre “Medidas de combate à corrupção e criminalidade económico-financeira”.

---

<sup>57</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 1*, 2010, Lisboa, Editora Universidade Católica, *Comentário à Lei n.º 34/87, 16 Julho* por Dias/Carmo, págs. 785/786

<sup>58</sup> Lei n.º 32/2010, de 2 de Setembro, que altera o Código Penal, tipificando o crime de violação de regras urbanísticas e reproduzindo, relativamente aos funcionários, o regime igualmente aprovado para os titulares de cargos políticos e altos funcionários públicos relativos a crimes de corrupção passiva e recebimento indevido de vantagem patrimonial; Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro, que institui um regime especial simplificado das normas e informações contabilísticas em vigor aplicáveis às designadas microentidades, visando a simplificação contabilística; Lei n.º 36/2010, de 2 de Setembro, que altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, criando no Banco de Portugal uma base de dados de todas as contas bancárias existentes no sistema bancário e respectivos titulares; Lei n.º 37/2010, de 2 de Setembro, que procede à derrogação do sigilo bancário, retirando-o da regra geral; Lei n.º 38/2010, de 2 de Setembro, que procede à alteração do regime do controle público da riqueza dos titulares dos cargos políticos, alargando o universo dos titulares de altos cargos públicos obrigados à entrega de declaração de património e de rendimentos no Tribunal Constitucional; Lei n.º 42/2010, de 3 de Setembro, que altera a Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal; Lei n.º 41/2010, de 3 de Setembro, que procede à terceira alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, relativa a crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos.

<sup>59</sup> Atenuação especial - artigo 8º Nos crimes previstos no artigo 1.º, n.º 1, alíneas a) e e), a pena pode ser especialmente atenuada se o agente auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

### 3.2. DOS CRIMES DE TERRORISMO<sup>60</sup>

Quanto a estes tipos de crimes, prevê-se a atenuação especial da pena, com carácter facultativo, se a colaboração do agente se revelar decisiva para a identificação ou captura de outros responsáveis. A Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto “Lei de Combate ao Terrorismo” - na sua versão actual da Lei n.º 60/2015, de 24 de Junho - estipula nos artigos 2º/5 e 4º/13, quanto às *organizações terroristas* e ao *terrorismo*, respectivamente, que a pena poderá ser especialmente atenuada ou mesmo inexistente caso, voluntariamente, o agente abandone a sua actividade, afaste ou faça diminuir o perigo, por ela provocado, consideravelmente, ou ainda, caso auxilie concretamente na recolha das provas decisivas para identificação ou captura de outros responsáveis.

O objectivo de política criminal é, mais uma vez, o alargamento do âmbito de recursos do sistema de justiça disponíveis com vista à abertura de brechas num tipo de criminalidade estrutural e tendencialmente imunizada, ainda que não auto-imune à condição humana dos seus agentes<sup>61</sup>.

### 3.3. DO TRÁFICO DE DROGAS

Na Lei n.º 15/93, 22 de Janeiro (na sua mais recente versão Lei n.º 7/2017, de 2 de março) relativa ao “Tráfico e Consumo de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas”, a premiação do agente está prevista no artigo 31º relativamente ao tráfico e outras actividades ilícitas (artigo 21º), aos precursores (artigo 22º) e às associações criminosas (28º). É prevista a atenuação ou dispensa de pena ao agente que abandone a sua actividade, faça afastar ou faça diminuir de forma considerável o perigo produzido pela conduta; impeça ou se esforce seriamente em impedir o resultado que a lei quer evitar, ou auxilie concretamente as autoridades na recolha de provas decisivas para

---

<sup>60</sup> Refira-se que, já em 2017, o Legislador introduziu medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, através da Lei n.º 83/2017, de 18 de Agosto (em transposição parcial, das Diretivas 2015/849/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e 2016/2258/UE, do Conselho, de 6 de dezembro de 2016). Na verdade, ainda que não se encontrem, neste diploma, soluções que possam ser vistas como delação premiada (daí não ser aqui o lugar para uma análise do referido diploma) a realidade é que é imposto a um conjunto de entidades (financeiras, artigo 3º; e não financeiras, artigo 4º; equiparadas a entidades obrigadas, artigo 5º; prestadores de serviços de pagamento sujeitos ao Regulamento (UE) 2015/847<sup>60</sup>, artigo 6º; e ainda, Conservadores e oficiais dos registos, artigo 7º) um dever de revelar - tanto ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal da Procuradoria-Geral da República (DCIAP), como à Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária - certas operações suspeitas (artigo 150º) em que tenham intervindo, bem como um dever de colaboração com as autoridades judiciais e tributárias na prestação de esclarecimentos sobre operações em que tenham participado a pedido dos seus clientes.

<sup>61</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 1, Comentário à Lei n.º 52/2003, 22 Agosto* por Fernandes, Plácido Conde, pág. 216



identificação ou a captura de outros responsáveis, tratando-se, em particular, de grupos, organizações ou associações.

Com efeito “como claramente resulta da hermenêutica do preceito, não é de funcionamento automático, ou seja, para que o tribunal atenuie especialmente a pena ou a dispense não basta a mera verificação de alguma ou de algumas das circunstâncias previstas no texto legal, visto que a lei ao textuar em pode, quer significar que fica ao prudente julgamento do tribunal a opção por uma punição especialmente atenuada ou por dispensa de pena, suposta a verificação de alguma ou de algumas daquelas circunstâncias. (...) cabe ao tribunal apreciar, caso a caso, se em face da verificação de alguma ou de algumas das circunstâncias previstas no artigo 31º, se deve considerar ocorrer uma diminuição da ilicitude do facto, da culpa do agente ou da necessidade de pena em ordem a justificar uma punição especialmente atenuada. (...) o tribunal deverá averiguar se, em concreto, pela ocorrência ou devido à ocorrência de alguma ou algumas das circunstâncias previstas no texto do artigo 31º, do DL n.º 15/93, se verifica uma diminuição da ilicitude do facto, da culpa do agente ou da necessidade de pena que justifique uma resposta punitiva atenuada, visto serem estes os factores de que a lei geral faz depender a atenuação especial da pena – artigo 72º, n.º1, do Código Penal.<sup>62</sup>” Daí que se possa considerar que relevante será, também aqui, o respeito pelos princípios da oficialidade, da investigação e da imediação.

Fica claro que é forçoso que o agente adopte uma atitude activa e decidida, espontânea e voluntariamente assumida, no sentido de abandonar a actividade ou minimizar os seus efeitos, ou que venha a colaborar na recolha de provas decisivas para a identificação e captura de outros responsáveis. Assim, o agente deverá demonstrar “inequivocamente” através das suas acções que “transpôs a barricada do crime para se assumir como seu combatente activo<sup>63</sup>”. Daí que não seja suficiente apenas a confissão ou o abandono da actividade.

### 3.4. DA ANTIDOPAGEM NO DESPORTO

A Lei nº 38/2012 de 28 de Agosto (alterada pela Lei nº 93/2015 de 13 de Agosto) veio adoptar na ordem jurídica portuguesa regras estabelecidas no Código Mundial de Dopagem. Na verdade, e quanto ao que aqui interessa, o nº 5 do artigo 67º<sup>64</sup> da Lei nº 93/2015 prevê a possibilidade de

---

<sup>62</sup> Ac. STJ de 04-01-2017 (proc. 318/15.8 8JELSB)

<sup>63</sup> Cf. Ac. STJ de 14.6.07, proc. nº 07P1895

<sup>64</sup> Artigo 67.º Eliminação ou redução do período de suspensão

1 - A aplicação de qualquer sanção inferior a uma suspensão da atividade desportiva de 2 anos, a eliminação do período de suspensão, bem como a decisão de arquivamento do processo, tem que ser precedida, para efeitos de aprovação da mesma, de parecer prévio emitido pelo CNAD. 2 - O praticante desportivo ou outra pessoa pode eliminar o seu período



eliminação ou redução do período de suspensão dependendo da gravidade da violação da norma bem como do auxílio que o praticante desportivo (ou outra pessoa) vier a prestar. Assim, pode o período de suspensão ser reduzido num máximo de três quartos e, no caso de a penalização aplicável ser de 25 anos, a suspensão mínima a que o praticante desportivo será sujeito poderá ser de 8 anos.

Trata-se da transposição para o ordenamento jurídico português do conteúdo do artigo 10.6.1, da Convenção Internacional contra a Dopagem no Desporto<sup>65</sup>, o qual prevê ainda que no caso de o praticante desportivo ou a terceira pessoa deixar de colaborar, o período de suspensão inicial imposto será restabelecido.

De facto, o conhecimento por alguém de que num determinado local, ou de que determinada pessoa e/ou pessoal de apoio, cometem infracções em violação das normas antidopagem e voluntariamente contribua substancialmente para a descoberta dessas infracções ou agentes prevaricadores poderá ser premiado.

### 3.5. DOS COMPORTAMENTOS ANTIDESPATIVOS

Neste caso, a Lei nº 50/2007, de 31 Agosto (com a redacção actual, dada pela Lei nº 13/2017, de 02 de Maio) que veio “estabelecer um novo regime de responsabilidade penal por comportamentos

---

de suspensão, se provar que não teve culpa ou não foi negligente face a uma violação de norma antidopagem. 3 - O praticante desportivo ou outra pessoa pode reduzir o seu período de suspensão, sem prejuízo do disposto nos nºs 5 e 6, se provar que não teve culpa significativa ou não foi significativamente negligente face a uma violação de norma antidopagem, sendo que o período de suspensão reduzido não pode ser inferior a metade da penalização aplicável ao caso e a 8 anos, no caso de a penalização aplicável ser de 25 anos. 4 - Tratando-se de substâncias específicas ou de produtos contaminados, a redução prevista no número anterior pode variar entre a advertência e a suspensão da atividade desportiva pelo período de 2 anos. 5 - A entidade responsável pelo processo relativo a uma violação de norma antidopagem pode, antes da decisão final, suspender parte do período de suspensão, se o praticante desportivo ou outra pessoa prestar um auxílio considerável a essa mesma entidade ou às autoridades criminais na descoberta de violações de normas antidopagem, criminais ou disciplinares, por parte de outra pessoa, sendo que a suspensão do período em causa depende da gravidade da violação da norma antidopagem, bem como do auxílio prestado, não podendo ser suspensa mais de três quartos da duração do período de suspensão que seria aplicável ao caso, sendo que no caso de a penalização aplicável ser de 25 anos, a duração mínima do período de suspensão é de 8 anos. 6 - O período de suspensão pode ser reduzido até metade, caso o praticante desportivo ou outra pessoa admita voluntariamente a violação de norma antidopagem antes de ter recebido a notificação do resultado analítico da amostra recolhida que poderia indiciar tal violação e se, nesse momento, não existir qualquer outra prova da violação.

7 - O período de suspensão pode ser reduzido para metade, no mínimo de 2 anos, caso o praticante desportivo, nas situações previstas nas alíneas a), d) e e) do n.º 2 do artigo 3.º, confessar imediatamente a violação da norma antidopagem após ter sido notificado da mesma, e mediante a prévia aprovação da AMA e da ADOP. 8 - A entidade competente, após consulta ao CNAD, baseia a sua decisão nos factos respeitantes a cada caso, nomeadamente o tipo de substância ou método em causa, riscos relativos à modalidade desportiva em questão, a colaboração na descoberta da forma como foi violada a norma antidopagem e o grau de culpa ou negligência do agente, sendo que a redução da sanção não poderá em caso algum ser para menos do que um quarto da penalização aplicável. 9 - Nas situações de eliminação ou redução do período de suspensão devem ser tidas em conta as disposições da AMA e a sua prática.

<sup>65</sup> Disponível em: <http://www.adop.pt/media/8381/C%C3%B3digo%20Mundial%20Antidopagem%202015.pdf>, último acesso a 15 de Abr. 2018

susceptíveis de afectar a verdade, a lealdade e a correcção da competição e do seu resultado na actividade desportiva”, há uma atenuação especial, ou mesmo dispensa de pena, nos termos do artigo 13º/1. Tal acontece se o agente auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis. Note-se que o agente ainda poderá ser dispensado de pena se repudiar voluntariamente, antes da prática do facto, o oferecimento ou a promessa que aceitara ou restituir a vantagem ou, tratando-se de coisa fungível, o seu valor. O nº 2 deste artigo prevê ainda, quanto ao crime de associação criminosa, previsto no artigo 11º do mesmo diploma, que a pena pode ser especialmente atenuada, ou não ter lugar, se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.

Refira-se que, os titulares dos órgãos e os funcionários das pessoas coletivas desportivas, devem transmitir ao Ministério Público notícia dos crimes previstos na presente lei de que tenham conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas. Trata-se de uma denúncia obrigatória, prevista no artigo 6º deste diploma e que não se confunde com a delação premiada prevista no artigo 13º. Na verdade, a delação premiada, como vem sido referido ao longo do presente trabalho, implica a confissão do autor dos crimes que cometeu, beneficiando do *prémio* de atenuação ou isenção de pena porquanto contribua para a recolha de provas decisivas para a captura de outros responsáveis, ou cumpra os restantes requisitos previstos no artigo 13º do diploma que se analisa de momento. Aliás, o próprio C.P.P. prevê, como referido *supra*<sup>66</sup> vários casos de entidades públicas sujeitas a denúncia obrigatória.

### 3.6. DAS ARMAS E MUNIÇÕES

A Lei nº 5/2006, de 23 de Fevereiro (na sua versão actual, com as alterações introduzidas pela Lei nº 50/2013, de 24 de Julho) contempla igualmente um regime de premiação do infractor. De facto, no nº 3 do artigo 87º é previsto que “a pena pode ser especialmente atenuada ou não ter lugar a sua punição se o agente (...) auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.” Exige-se mais do que uma mera intenção de o agente prestar auxílio (ou cooperação). De facto, tal atitude deverá ser objectivamente

---

<sup>66</sup> Ponto 1.

concretizada: que sejam recolhidas provas e ocorra a identificação ou captura de outros responsáveis<sup>67</sup>.

É, assim, outro dos exemplos de como a figura da delação premiada é utilizada como meio de obtenção de prova e/ou captura de demais responsáveis da prática de um crime no ordenamento jurídico português.

### 3.7. DO DIREITO FISCAL

Quanto a esta área de direito refira-se que a tutela judicial procura a salvaguarda de direitos ou interesses legítimos. Assim, nos termos do nº1 do artigo 96º do Código de Procedimento e de Processo Tributário,<sup>68</sup> “o processo judicial tributário tem por função a tutela plena, efectiva e em tempo útil dos direitos e interesses legalmente protegidos em matéria tributária.” Por outro lado, o Regime Geral das Infracções Tributárias<sup>69</sup> (Lei nº 15/2001, de 05 de junho) cujo escopo é o reforço da garantias dos contribuintes e a simplificação processual, aplica-se às infracções tributárias - as quais são divididas em crime e em contra-ordenação (cf. artigo 2º/2 R.G.I.T).

O artigo 89.º do R.G.I.T. pune as condutas consubstanciadas na promoção ou fundação de grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes tributários, *i.e.*, a promoção ou fundação de grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade é dirigida à prática de crimes tributários, com pena de prisão de um a cinco anos (aplicável, igualmente, a quem apoiar os grupos, organizações ou associações) ou, pena de prisão de dois anos a oito anos, para quem chefiar, dirigir ou fizer parte do grupo, organização ou associação.

Há, no entanto, uma atenuação especial da pena, prevista no nº 4 do mesmo preceito, como a ausência de punição, relativamente ao agente que faça parte, promova ou funde grupo ou organização criminosa cuja finalidade seja dirigida à prática de crimes tributários.

---

<sup>67</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 1, Comentário à Lei nº 5/2006, de 23 de Fevereiro por Vargues, Artur*, pág. 248

<sup>68</sup> Doravante C.P.P.T.

<sup>69</sup> Doravante R.G.I.T

Relevante é que a actuação do agente seja apta a impedir, ou que revele um esforço sério por impedir, a continuação da existência da organização e, obviamente, tenham ou possam vir a ter o efeito de evitar a prática de novos crimes tributários<sup>70</sup>.

Mais uma vez, também aqui tal actuação deverá ser alvo de um escrutínio por parte do tribunal quanto à efectiva contribuição do arguido, aliás no âmbito do princípio da investigação e do poder-dever, a que está sujeito o juiz, de proceder oficiosamente à produção de todos os meios de prova cujo o conhecimento considere necessário à descoberta da verdade.

### 3.8. DO DIREITO LABORAL

Quanto a esta área do direito é possível que o tema da delação chame atenção do leitor para a figura do *whistleblowing*. Contudo, ainda que seja um assunto interessante, não parece poder incluir-se no presente estudo. Sendo uma delação, não o é no sentido que se tem vindo a descrever.

Na verdade, o sentido de que se trata é aquele em que um trabalhador (-delator) - que normalmente se encontra em posição apta a deparar-se com alguma forma de conduta ilícita da entidade empregador - recorre a esta figura com o fundamento, tanto da defesa de interesses públicos (fiscais, ambientais, entre outros), como privados (a própria entidade, próprios, etc.). Imagine-se o caso de um trabalhador que delata esquemas de corrupção ou má gestão, os quais se reflectem tanto na entidade empregadora como em sectores económicos da sociedade<sup>71</sup> e, até, o próprio Estado.

A importância deste tema prende-se com a protecção dada ao trabalhador-delator. Atente-se ao teor do nº1 do artigo 4º da Lei 30/2015 de 22 de Abril - “Os trabalhadores da Administração Pública e de empresas do sector empresarial do Estado, assim como os trabalhadores do sector privado, que denunciem o cometimento de infrações de que tiverem conhecimento no exercício das suas funções ou por causa delas não podem, sob qualquer forma, incluindo a transferência não voluntária ou o despedimento, ser prejudicados.”. Ou, ainda, a Recomendação 2014/7, de 30 de abril, do Conselho da Europa<sup>72</sup>, onde a relevância do tema do *whistleblowing* em aspectos como o

---

<sup>70</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 2*, 2010, Lisboa, Editora Universidade Católica, *Comentário à Lei nº 15/2001*, de 5 de Junho por Teixeira, Carlos/Gaspar, Sofia, págs. 419/420

<sup>71</sup> Cf. ABREU, JORGE MANUEL COUTINHO DE, *Corrupção Privada, Bom Governo, Transparência e Responsabilidade Social das Empresas (nótulas interrogativas)*, in Revista de Estudos do Instituto do Conhecimento Abreu Advogados nº 4, 2015, Editora Almedina, pág. 390

<sup>72</sup> “Reaffirming that freedom of expression and the right to seek and receive information are fundamental for the functioning of a genuine democracy; Recognizing that individuals who report or disclose information on threats or harm to the public interest (“whistleblowers”) can contribute to strengthening transparency and democratic

fortalecimento da democracia e da transparência, o impacto na liberdade de expressão e de consciência e no combate à má gestão e corrupção nos sectores públicos e privados, leva a que a figura do trabalhador-delator (*whistleblower*) seja protegida.

Bem se percebe que, tendo em conta os interesses em causa, o trabalhador-delator deva ser protegido e não considerado um “traidor”, daí que tais medidas tenham no seu âmago, também, o combate a àquela conotação negativa salvaguardando quaisquer represálias por parte da entidade patronal delatada.

Por muitas questões aliciantes que este assunto possa levantar, e por estar fora do âmbito do presente trabalho, não se farão mais desenvolvimentos quanto a esta figura, para além desta breve descrição.

---

accountability;” Disponível em: [https://search.coe.int/cm/Pages/result\\_details.aspx?ObjectID=09000016805c5ea5](https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805c5ea5), visualizado a 17 Mar 2018

#### 4. AS SOLUÇÕES DE CONSENSO NO PROCESSO PENAL PORTUGUÊS

Na busca de soluções consensuais para a protecção dos bens jurídicos penalmente tutelados, bem como para a ressocialização dos delinquentes, perante um grau não elevado de culpa, e onde se considere, concretamente, que os fins que o direito penal prossegue possam ser atingidos por meios mais benignos do que as penas, surgem soluções de consenso (ou de *diversão*). Considerou-se ser relevante, ainda que de forma breve, uma análise destas formas processuais em vigor no ordenamento jurídico português pela relevância que é dada ao consenso entre os sujeitos processuais, bem como ao controlo judicial a que aquele é sujeito.

De facto, no que concerne à suspensão provisória do processo<sup>73</sup>, nada impede que a lei admita que a aplicação de injunções e regras de conduta - porquanto não têm natureza de penas criminais - seja da competência conjunta do Ministério Público e do Juiz de Instrução Criminal, e aplicáveis em alternativa à submissão do arguido a julgamento. No entanto, como se verá, tal aplicação dependerá de certos requisitos e de uma larga margem de consenso.

No caso da mediação penal<sup>74</sup>, o legislador criou um instituto cujo fim é a busca de um acordo entre o ofendido ou queixoso e o arguido, pelo qual seja posto termo ao processo. Tal acordo, depois de homologado, equivalerá à desistência de queixa por parte do ofendido (queixoso) e à não oposição à desistência por parte do arguido.

O processo sumaríssimo<sup>75</sup> surge como outra das soluções de consenso no processo penal português inspirado em razões de economia processual. A concordância de todos os intervenientes processuais é condição para que as sanções - que não incluem pena de prisão ou medida de segurança privativa de liberdade - propostas pelo Ministério Público sejam aplicadas (ainda que a concordância do assistente seja necessária apenas no caso de crime particular).

Quanto aos acordos sobre sentença<sup>76</sup>, ainda que não seja uma figura pacífica, parece ter havido uma abertura, por parte da Procuradoria Geral da República, para a sua aplicação<sup>77</sup> pelo que um exercício de breve análise da figura deve ser aqui praticado.

---

<sup>73</sup> *Infra* 4.1

<sup>74</sup> *Infra* 4.2

<sup>75</sup> *Infra* 4.3

<sup>76</sup> *Infra* 4.4

<sup>77</sup> Orientação nº 1/2012, disponível em:

[http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc\\_mostra\\_doc.php?nid=153&doc=files/doc\\_0153.html](http://www.pgdlisboa.pt/docpgd/doc_mostra_doc.php?nid=153&doc=files/doc_0153.html), última visualização a 30 abr. 2018

#### 4.1. A SUSPENSÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO

Ao abrigo do artigo 281º/1 C.P.P. o Ministério Público, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, determina, com a concordância do Juiz de Instrução, a suspensão do processo, nunca superior a dois anos (excepto no caso de crimes de violência doméstica ou contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor, não agravados pelo resultado, cuja suspensão pode ir até cinco anos - artigo 282º/5 C.P.P.), mediante a imposição ao arguido de injunções e regras de conduta.

Desde logo, diz o preceito, a suspensão provisória do processo é aplicável se o crime for punível com pena de prisão não superior a cinco anos ou com sanção diferente da prisão. No entanto, são vários os pressupostos, não cumulativos, a ter em conta. Com efeito, o arguido não pode ter tido uma condenação anterior, nem sequer ter-lhe sido anteriormente aplicada a suspensão provisória por crimes da mesma natureza. Não pode haver lugar, no caso, a medida de segurança de internamento<sup>78</sup> e deverá demonstrar-se uma ausência de um grau de culpa elevado. É igualmente pressuposto a previsão de que o cumprimento das injunções e regras de conduta responda suficientemente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.

São oponíveis ao arguido (artigo 281º/2 C.P.P.), cumulativa ou separadamente, diversas injunções e regras de conduta, excepto, obviamente, as que possam ofender a sua dignidade (artigo 281º/4 C.P.P.). Porém, nos termos do nº 3 do artigo 281º, tratando-se de crime para o qual esteja legalmente prevista pena acessória de proibição de conduzir veículos com motor, é obrigatoriamente oponível ao arguido a aplicação de injunção de proibição de condução de veículos a motor.

Releva aqui que, caso o arguido requeira a suspensão provisória do processo, tal não terá qualquer significado em termos de prova, *i.e.*, não pode ser visto como confissão dos factos nem tampouco reconhecimento de culpa - pelo que, bem visto, não bule com o princípio da imediação. As motivações para que o faça (ou aceite) poderão ser de ordem financeira, intenção de libertar-se do processo, não correr riscos de condenação, entre outros. Tratar-se-á de uma opção estratégica de defesa.

No caso de o processo ter por objecto vários crimes em que exista pluralidade de arguidos e de assistentes relativamente ao mesmo crime, cada crime deve ser tratado com autonomia como se

---

<sup>78</sup> Imagine-se o caso de um arguido inimputável por razões de saúde mental que não terá a capacidade de cumprir as injunções e regras de conduta aplicáveis, ou mesmo de sequer compreender as razões pelas quais se aplica a suspensão.

tivesse sido instaurado um processo por cada crime, um dos crimes conexos e objecto do mesmo processo<sup>79</sup>.

Na possibilidade de o processo se encontrar na fase de instrução, a suspensão provisória também pode ocorrer<sup>80</sup>, no âmbito da decisão instrutória do juiz de instrução criminal (mas aqui com a concordância do Ministério Público (artigo 307º/2 C.P.P.)), bem como a requerimento do Ministério Público, do Assistente ou do arguido. Tal como na fase de inquérito, é sempre necessária a concordância de todos estes sujeitos processuais para que a suspensão opere. Neste sentido privilegia-se o consenso, com respeito pelo princípio da legalidade e da oportunidade.

Tendo sido cumpridas as injunções e regras de conduta a que o arguido tenha ficado sujeito, arquiva o processo (artigo 282º/3 C.P.P.); caso não as cumpra (alínea a)) ou, durante o período da suspensão cometa crime da mesma natureza pelo qual venha a ser condenado (alínea b)), manda prosseguir o processo sem que as prestações feitas possam ser repetidas.

Está-se, portanto, perante uma alternativa à acusação que pode acabar por se traduzir na decisão de não submeter o processo a julgamento, daí que a promoção deste instituto deva ser da competência da entidade titular do exercício da acção penal, o Ministério Público<sup>81</sup>.

A funcionalidade do processo penal exige, assim, que se prescinda da audiência de julgamento em certos casos. De facto, quanto maior o número de factos criminosos de pequena gravidade resolvidos fora daquela audiência, maior será a disponibilidade das capacidades do aparelho judiciário no combate à criminalidade grave<sup>82</sup>.

Ainda assim, é exigida, ao abrigo do artigo 281º/1 C.P.P., para que o instituto seja efectivamente aplicado, a concordância do juiz de instrução criminal. Tendo em consideração o nº 2 do artigo 281º C.P.P., nomeadamente as alíneas d) e), f), g), h) e j), depreende-se que estas implicam uma

---

<sup>79</sup> Ainda que a doutrina não seja consensual quanto a este ponto: “A Lei refere-se ao crime e idealmente cada crime deve ser tratado isoladamente, dando origem a um processo autónomo. É certo que a lei se refere à suspensão do processo, mas isso resulta, segundo cremos, de também se referir ao crime no singular.” MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português...*, pág. 111; contra: ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2011, 4ª ed. Lisboa, Editora Universidade Católica, anot. ao art. 281º., pág. 760, anot. 5

<sup>80</sup> No mesmo sentido: Ac. STJ de 13.02.2008 (proc. nº 07P4561) “(...) não pode deixar de ser determinada [a suspensão provisória do processo] se se verificarem os respectivos pressupostos: (...) findo o inquérito, ao juiz de instrução, na “acção” adequada à efectivação desse direito e que só pode, pois, ser constituída pelo requerimento de abertura de instrução em que se pede que se analisem os autos para verificar se se verificam os pressupostos de que depende a suspensão provisória do processo (...)”

<sup>81</sup> Artigo 219º/1 Constituição da República Portuguesa: “Ao Ministério Público compete (...) exercer a acção penal (...)”

<sup>82</sup> ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal ...*, pág. 757



restrição à liberdade pessoal do arguido. De facto, ainda que não haja uma violação do artigo 27º/1 C.R.P., porquanto a sua aplicabilidade não resulta de uma imposição ao arguido, mas sim pressupõe a sua concordância, o direito à liberdade pessoal<sup>83</sup> é matéria constitucionalmente inserida no capítulo dos direitos, liberdades e garantias fazendo com que a suspensão provisória do processo constitua um mecanismo que entra nesse domínio (dos direitos fundamentais). É, assim, imprescindível, intervenção judicial para que se possa aferir se a concordância do arguido em dispor da sua liberdade pessoal foi feita legitimamente.

Uma palavra, ainda, quanto à insusceptibilidade de impugnação da decisão de suspensão provisória do processo. É isso que prevê o nº 6 do artigo 281º C.P.P. De facto, tendo sido uma decisão consensual (respeitadas que tenham sido as exigências legais), não se vislumbrará como razoável a possibilidade de impugnação por qualquer um dos intervenientes (Ministério Público, arguido ou assistente). Obviamente que, no caso de violação das exigências legais, não se poderá crer que tal acordo de suspensão tenha sido consensual (dentro da legalidade) e, neste sentido, o assistente poderá requerer a abertura da instrução, no caso de não ter dado a sua concordância (nem o juiz) à suspensão do processo, ou, por outro lado, poderá recorrer quando o juiz não tenha dado o seu acordo<sup>84</sup>. Logo, tal insusceptibilidade de impugnação apenas ocorrerá pressupondo total conformidade com a lei<sup>85</sup>.

Do exposto, percebe-se que o instituto que se analisou (ainda que resumidamente) apresenta um forte objectivo socializador ou, no limite, não dessocializador destacando-se a “possibilidade de participação auto-responsabilizadora do arguido no discurso punitivo do Estado e a sua subtracção ao estigmatizante contacto com o sistema formal de justiça penal<sup>86</sup>”.

---

<sup>83</sup> Quanto ao artigo 27º C.R.P. e ao direito à liberdade: “O direito à liberdade significa, como decorre do texto global deste artigo, direito à liberdade física, à liberdade de movimentos, ou seja, ao direito a não ser detido, aprisionado, ou de qualquer modo fisicamente confinado a um determinado espaço, ou impedido de se movimentar. (...) Em qualquer caso, as medidas privativas de liberdade estão sujeitas a uma dupla reserva: reserva de lei e reserva de decisão judicial.” CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa anotada*, 1993, 3ª ed, Coimbra, Editora Coimbra, pág. 184/185

<sup>84</sup> Cf. MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português*...pág. 112, I. O autor não compreende, ainda, que a recusa de aceitação do acordo de suspensão provisória, por parte do juiz, não seja susceptível de recurso como decidiu o STJ em Acórdão de fixação de jurisprudência (Ac. Nº 16/2009, DR, I Série, de 24.12.2009). Este tribunal superior decidiu que “A discordância do juiz de instrução em relação à determinação do Ministério Público, visando a suspensão provisória do processo, nos termos e para os efeitos do nº1 do art. 281º do código de Processo Penal, não é passível de recurso.” Porque o juízo do juiz de instrução não é um juízo de mera oportunidade, mas de legalidade, MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português*...pág. 113, II.

<sup>85</sup> Cf. MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português*...pág. 112, I

<sup>86</sup> Cf. TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *A Relevância Politico-Criminal da Suspensão Provisória do Processo* pág. 210

Com efeito, há o dever de privilegiar a aplicação da suspensão provisória do processo nos termos do artigo 12º/1, al. a) da Lei nº 51/2007, de 31 de Agosto. Este artigo consubstancia uma opção democrática de política criminal do legislador português à qual o Ministério Público deverá dar cumprimento em dois planos: o procurador-geral da República deve emanar directivas para todo o Ministério Público, e os magistrados devem a elas obedecer, identificando aqueles processos concretos a que se aplica essa medida - aos crimes previstos no artigo 11º e aos crimes puníveis com pena até cinco anos de prisão imputados aos arguidos que se encontrem nas situações previstas no artigo 14º ambos da Lei nº 51/2007 (ainda que, quanto à alínea f), deste último artigo, se suscite a questão de inconstitucionalidade no tocante à exigência da inexistência da prévia aplicação da suspensão provisória do processo<sup>87</sup> (questão essa que não será aqui analisada).

#### 4.2. A MEDIAÇÃO PENAL

O regime da mediação penal foi introduzido no sistema jurídico português através da Lei nº 21/2007, de 12 de Junho, em execução do artigo 10º da Decisão quadro nº 2001/220/JAI, do Conselho da União Europeia, de 15 de Março de 2001, relativa ao estatuto da vítima em processo penal<sup>88</sup>.

O objectivo seria a criação de um processo informal e flexível que fosse conduzido por um terceiro imparcial - o mediador - o qual promoveria a aproximação entre arguido e ofendido apoiando-os na tentativa de encontrar um acordo que venha a permitir a reparação - ainda que não necessariamente pecuniária - dos danos causados pelo facto ilícito e que contribua para a restauração da paz social<sup>89</sup>.

Quere-se um processo simples cujos custos (artigo 9º) sejam inferiores aos meios judiciais de resolução de conflitos. O conteúdo do acordo é delimitado pelos mediados o que leva a que o resultado obtido esteja sob o seu controlo, daí que se possa dizer que, havendo acordo, ambas as partes terão saído satisfeitas. Vendo-se gorado o sucesso da mediação, podem as partes decidir pela via judicial.

---

<sup>87</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal...* pág. 766

<sup>88</sup> Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2001-220-jai-decisao/>, visualizado a 23 Abr 2018

<sup>89</sup> Cf. “Exposição de Motivos” do Anteprojecto de Proposta de Lei sobre Mediação Penal, bem como da Proposta de Lei nº 107/X sobre Mediação Penal, disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/projectos-concluidos/mediacao-penal/texto-da-proposta-de-lei/downloadFile/file/Proposta\\_de\\_Lei\\_107-X.pdf?nocache=1170955752.56](http://www.dgpj.mj.pt/sections/politica-legislativa/projectos-concluidos/mediacao-penal/texto-da-proposta-de-lei/downloadFile/file/Proposta_de_Lei_107-X.pdf?nocache=1170955752.56), último acesso a 13 Maio 2018

Na verdade, é privilegiada a auto-regulação e o consenso. De facto, o recurso à mediação penal, não é obrigatório, é uma faculdade (artigo 2º/1) que cabe ao ofendido e ao arguido requerer, ou ao Ministério Público remeter oficiosamente (o processo) para mediação, caso entenda conveniente. Ficam excluídos da mediação penal (artigo 2º/3, alíneas a) a e)) os casos em que o tipo legal de crime preveja pena de prisão superior a cinco anos, os processos crime contra a liberdade ou autodeterminação sexual, bem como os de peculato, corrupção ou tráfico de influências e, por fim, nos casos em que seja aplicável processo sumário ou sumaríssimo.

Compreende-se que a Lei nº 21/2007, agora em análise, exclua o recurso à mediação em caso de crimes públicos. De facto, sendo o princípio da oficialidade o princípio dominante, a promoção do processo penal encontra-se maioritariamente a cargo do Ministério Público. Ademais, no caso de crimes públicos, está em causa, acima de tudo, um interesse público que o Estado procura acautelar por motivos de prevenção geral o que não poderia ser deixado na dependência da vontade ou da livre actuação das pessoas particulares<sup>90</sup>. São assim crimes em que a “vontade da vítima é inoperante e irrelevante<sup>91</sup>.”

O consenso está bem patente no artigo 3º no que à remessa do processo para mediação diz respeito. Neste sentido o mediador designado deverá sempre obter os consentimentos livres e esclarecidos do arguido e do ofendido quanto à participação na mediação, mesmo que o recurso a esta tenha sido decidido pelo Ministério Público (artigo 3º/1), e caso não obtenha deverá informar o Ministério Público e o processo penal prossegue (nº6).

Quanto ao processo de mediação, além do já referido, princípio da voluntariedade - o qual implica que tanto o recurso à mediação (artigo 3º/2 e 5) como a revogação do consentimento para a participação nesta (artigo 4º/2) dependem da livre e esclarecida vontade das partes - há também o respeito pelo princípio da confidencialidade (artigo 4º/5) que impõe que o teor das sessões de mediação, além de ser confidencial<sup>92</sup>, não pode vir a ser valorado como prova em processo judicial.

Quanto ao acordo, este é livremente fixado pelo ofendido, arguido e mediador não podendo, no entanto, conter sanções privativas da liberdade ou deveres que ofendam a dignidade do arguido ou

---

<sup>90</sup> Cf. BELEZA, TERESA PIZARRO/MELO, HELENA PEREIRA DE, *A Mediação Penal em Portugal*, 2012, Coimbra, Editora Almedina, pág. 60

<sup>91</sup> Cf. PINTO, JOÃO FERNANDO FERREIRA, *O Papel do Ministério Público na Ligação Entre o Sistema Tradicional de Justiça e a Mediação Vítima-Agressor*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, nº 1, Janeiro-Março de 2005, pág. 109 citado por BELEZA, TERESA PIZARRO/MELO, HELENA PEREIRA DE, *A Mediação Penal*...pág. 60, nota nº 81

<sup>92</sup> No mesmo sentido o nº 3 do artigo 14º da Lei nº 29/2013, de 19 de Abril, acerca do Regulamento do Sistema de Mediação Penal: *O mediador penal tem o dever de guardar segredo profissional em relação ao teor das sessões de mediação*.

cujos cumprimento se deva prolongar por mais de seis meses (artigo 6º/2), se assim acontecer o Ministério Público devolve o acordo para que tais ilegalidades sejam sanadas no prazo de 30 dias e só depois, sanadas, homologará o acordo.

A celebração do acordo e sua homologação equivale à desistência de queixa por parte do ofendido e à não oposição à desistência por parte do arguido (artigo 5º/4). No caso de incumprimento do acordo no prazo fixado o queixoso pode renovar a queixa no prazo de um mês a partir do incumprimento, originando a reabertura do inquérito (artigo 5º/4, *in fine* e artigo 6º/3).

Fica claro que a mediação penal é um dos processos de implantar um modelo de justiça em que o litígio entre duas pessoas seja dirimido da forma mais amigável possível tendo subjacente a ideia da satisfação moral de uma reparação, através de um consenso. Será, eventualmente, uma outra forma de reintegração social dos prevaricadores - decerto mais acessível e, possivelmente, mais satisfatória do que uma pena de prisão<sup>93</sup>. A mediação está, assim, ligada à ideia de restauração, de justiça restauradora, buscando a composição o mais amigável possível de um litígio entre duas pessoas<sup>94</sup>.

#### 4.3. O PROCESSO SUMARÍSSIMO

Um outro exemplo de busca de soluções consensuais encontra-se numa das formas de processo especial prevista no C.P.P.. Com efeito, no processo sumaríssimo, vigoram os princípios da simplicidade, consensualidade e economia processual. Não ocorre, aqui, a audiência formal e solene no sentido pleno do termo pois a decisão do tribunal é um despacho baseado no requerimento do Ministério Público e no acordo do arguido<sup>95</sup>.

Assim, os requisitos essenciais - recorde-se que a Lei nº 48/2007 de 29 de Agosto veio alargar o âmbito de aplicação do processo sumaríssimo<sup>96</sup> - desta forma de processo serão: a imputação da prática de crimes puníveis com pena de prisão não superior a cinco anos (sejam eles somente puníveis com pena de prisão, ou em alternativa, com a pena de multa, ou ainda cumulativamente

---

<sup>93</sup> BELEZA, TERESA PIZARRO/MELO, HELENA PEREIRA DE, *A Mediação Penal...* pág. 150

<sup>94</sup> *Idem*, pág. 146

<sup>95</sup> Cf. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, 2013, 7ª ed., Coimbra, Editora Almedina, pág. 681

<sup>96</sup> Na versão inicial do C.P.P., o processo sumaríssimo apenas se aplicava a crimes puníveis com pena de seis meses de prisão ou multa em que o Ministério Público entendesse que deveria ser aplicada uma determinada pena ou medida de segurança não detentiva. Depois, com a Lei nº 59/98 de 25 de Agosto, o âmbito de aplicação desta forma de processo foi alargado a crimes puníveis com pena de prisão até três anos. Aqui, já seria necessária, no caso de procedimento relativo a crime particular, a concordância do assistente com o requerimento do Ministério Público. A audiência de julgamento foi substituída por um procedimento de notificação da proposta de pena ao arguido.

com a pena de multa); o limite dos cinco anos de prisão inclui os casos de concurso de infracções; Requisito importante é a audição prévia do arguido pelo Ministério Público, salvo no caso de a aplicação desta forma de processo ter sido requerida pelo próprio arguido, ou no caso de rejeição judicial do requerimento (inicial) nos termos do artigo 395º/2, C.P.P., em que o juiz entende fixar outra sanção (na espécie ou medida) não reenviando, ainda assim, o processo para outra forma, bastando, neste caso, a não oposição do arguido a essa decisão<sup>97</sup>, tornando desnecessária uma nova audição do arguido.

Vários são os pressupostos legais aos quais o Ministério Público se encontra vinculado para aplicação desta forma de processo, daí que se diga que o processo sumaríssimo não depende de qualquer juízo de discricionariedade do Ministério Público. Existe, contudo, um caso em que esta forma de processo depende do arbítrio do particular. Tal acontece nos procedimentos por crimes dependentes de acusação particular pois a concordância do assistente deverá ser total: este tem de concordar tanto com os factos indiciados, como com as sanções aí propostas e, ainda, com a (eventual) reparação oficiosa sugerida. Diga-se, contudo, que a pessoa com legitimidade para se constituir assistente deverá ser notificada para, querendo, se constituir assistente e se pronunciar acerca da intenção do Ministério Público de apresentar o requerimento para a forma especial de processo sumaríssimo; e que, a concordância do assistente deve verificar-se antes de dedução da acusação particular.

#### 4.4. A QUESTÃO DOS “ACORDOS SOBRE SENTENÇA”

O interesse deste tema o âmbito do presente trabalho surge da preocupação com a já referida falta de celeridade e eficácia da justiça penal portuguesa que originou, pela pena de Figueiredo Dias, em 2011, a publicação de uma obra<sup>98</sup> emblemática que tem sido invariavelmente citada em diversos artigos científicos, Acórdãos e instruções ou memorandos.

Nesta obra é apresentada uma proposta original e única no que ao ordenamento jurídico diz respeito, que constitui um importante passo no caminho da regeneração do sistema de justiça, pilar fundamental do Estado de Direito, de alargamento das margens e estruturas de consenso no processo penal português.

---

<sup>97</sup> Cf. ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal...* pág. 1023

<sup>98</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença em Processão Penal: o “fim” do Estado de Direito ou um Novo “Princípio”?*, 2011, Porto, Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados

É percorrido um caminho refletivo que culmina no reconhecimento de que, mais do que a necessidade de introduzir no ordenamento jurídico português legislação que legitime os acordos de sentença, são imprescindíveis “um espírito e uma atitude novos (...) morais, dos juízes, dos procuradores, dos defensores, face à renovada intencionalidade e funcionalidade comunitária das suas missões”<sup>99</sup>.

A prática de acordos sobre sentença desenvolveu-se durante décadas, *praeter legem*, na prática judiciária alemã. A figura dos “*Absprachen*” - ou conforme preferência do legislador alemão no §257c StPO: “*Verständigung*” (entendimento) - e os seus pressupostos de admissibilidade foram sendo delineados pelo Supremo Tribunal Federal alemão até que, após escrutínio do Tribunal Constitucional Federal, mereceu acolhimento legislativo no, já referido, §257c StPO (em 2009). A figura dos acordos sobre sentença sugeridos pelo ilustre Professor Figueiredo Dias, reconduz-se, essencialmente, à transposição para o direito português da figura que se desenvolveu naquele ordenamento jurídico.

Assim, estes serão um mecanismo através do qual o arguido, a troco da confissão dos factos imputados, recebe do tribunal, com concordância do Ministério Público, a promessa de aplicação de uma pena mitigada, a determinar pelo juiz, dentro de uma moldura fixada por acordo entre as partes, aligeirando-se, então, a necessidade de produção de mais provas e abreviando a duração da audiência<sup>100</sup>. No caso de as conversações não conduzirem a um acordo “nem a confissão pode ser referida em audiência, nem ela pode ser de qualquer forma valorada em sede de prova<sup>101</sup>”.

São dois os elementos essenciais no modelo apresentado sem os quais não poderá chegar-se a um acordo: a confissão dos factos - confissão esta que deverá ser livre e credível, a qual deverá corresponder ao resultado da actuação do princípio da investigação<sup>102</sup>. Caso existam dúvidas acerca da liberdade da confissão (bem como da sua credibilidade) deverá esta ser investigada, invalidando qualquer acordo no caso de persistirem. A validade da confissão deverá ser - aliás, em termos análogos aos que ocorrem no artigo 344º do C.P.P. - comprovada pelo juiz. Tem de ser livre ainda que não seja indispensável que seja integral pois, no caso de ser parcial, o acordo apenas contemplará essa parte<sup>103</sup>; e a atenuação da pena como contrapartida da colaboração probatória do

---

<sup>99</sup> Dias, Jorge Figueiredo, *Acordos sobre Sentença...*, pág. 114

<sup>100</sup> Cf. OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova Contra Si Mesmo...* págs. 469/470

<sup>101</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença...* pág. 78

<sup>102</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença...* pág. 47

<sup>103</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença...* pág. 44

arguido, devendo o máximo de pena estabelecido no acordo ser mais baixo do que seria se aquela confissão não tivesse lugar.

Ainda que o ilustre autor apele à ideia de favorecimento do processo - de que decorre o dever fundamental do Estado “de assegurar uma prestação plenamente eficiente da justiça, enquanto forma de realização do direito à tutela judicial efectiva<sup>104</sup>” - de simplificação, celeridade e de economia processual, tal não parece ser justificação para restringir a liberdade de declaração implicada nesta forma de consenso proposta.

De facto, não obstante a massificação de certas formas de delinquência, bem como a proliferação de processos de dimensões enormes (os chamados *megaprocessos*), de julgamentos que se arrastam *ad eterno*, colocarem grande pressão sobre o sistema processual penal, deixando-o como que na obrigação de se desdobrar em estratégias em prol da maximização da eficácia e da poupança dos seus escassos recursos (quase como se de um “estado de necessidade” se tratasse<sup>105</sup>). Não se pode olvidar que o processo ideal deverá resultar do equilíbrio entre a protecção das garantias de defesa e a celeridade, sobrelevando aquelas sobre estas, pelo que a abertura de brechas nos direitos de defesa do arguido e nos princípios que definem a estrutura fundante do processo penal, sob a égide da celeridade processual apenas se terão como admissíveis quando não for, realmente, possível evitar os efeitos negativos da sobrecarga da justiça penal.

Com efeito, o risco de ocorrer uma condenação mais severa em julgamento é o que vai motivar o arguido a confessar e aceitar o acordo. Por outro lado, perante a inexistência desse risco ou a não sobrelevação à probabilidade de absolvição, não existirá vantagem alguma à confissão por parte do arguido porquanto, ao fazê-lo, afastará a possibilidade de absolvição. Daí que a utilidade destes acordos é “directamente proporcional ao seu potencial de condicionamento da vontade do arguido, factor que acentua a (quase) incompatibilidade prática entre este instituto e a liberdade de declaração<sup>106</sup>”. Ainda que seja referido, na proposta, que deve ser “proibida ao tribunal, ao Ministério Público e ao arguido qualquer negociação tendente a alcançar um equilíbrio de interesses das partes (...) <sup>107</sup>” pois “Do que se trata é só (e é muito) de fomentar o desenvolvimento do processo, simplificando consensualmente o alcance da verdade e a realização da justiça<sup>108</sup>”, a

---

<sup>104</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença...* pág. 38

<sup>105</sup> Cf. OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova Contra Si Mesmo...* pág. 484

<sup>106</sup> OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova...* pág. 479

<sup>107</sup> DIAS, JORGE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença...* pág. 50

<sup>108</sup> *idem*



verdade é que há, sempre, uma negociação do prémio oferecido ao arguido em troca da sua confissão, e da sua renúncia ao direito ao silêncio.

A atenuação da pena que se liga ao acordo é calculada de forma deliberada e intencional com o efeito de incentivar, estimular ou mesmo obrigar a confissão e cujo resultado procurado é a simplificação e agilização do processo. O que, bem visto, não tem correspondência com a gravidade do crime, no sentido de que a repressão célere não o torna menos grave, nem com as exigências de prevenção especial, dado que a confissão efectuada como decisão táctica processual não é demonstrativo de uma adaptação social do arguido mas sim de liquidar as suas contas com a justiça e, ao mesmo tempo, de ver a sua pena reduzida<sup>109</sup>.

Não parece, assim, que tal instituto possa ultrapassar a questão da celeridade do processo penal sem que, com isso, afecte os princípios estruturantes do processo penal.

---

<sup>109</sup> Cf. OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova Contra Si Mesmo...* pág. 487 (com citações)



## **5. A DELAÇÃO PREMIADA FACE AOS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO PROCESSO PENAL PORTUGUÊS**

Do exposto até agora, fica claro que a colaboração processual premiada, na vertente da delação, vem bulir com alguns princípios estruturantes do processo penal português (relativos tanto à estrutura do processo - lealdade; como à promoção e prossecução processual - investigação, oficialidade, legalidade, oportunidade; como àqueles relativos à prova ou mesmo à forma dos actos processuais - investigação, oralidade e imediação). De facto, se assim não fosse, a introdução deste instituto (delação premiada) no ordenamento jurídico português seria um tema pacífico entre a comunidade jurídica, o que não é o caso.

Neste sentido, faz-se, neste capítulo, uma análise da delação premiada face a alguns desses princípios onde se procurou demonstrar a existência de uma ténue linha entre o respeito e a afronta àqueles.

### **5.1. O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO**

De entre os vários princípios, quanto a este tema, não se pode deixar de referir o Princípio do Contraditório pela enorme relevância que aqui tem. Com efeito, de acordo com o artigo 32º/5, 2ª parte da C.R.P., a audiência de julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar estão subordinados a este princípio<sup>110</sup>. Assim, no processo penal, há que ter sempre em conta as razões da acusação, bem como as razões da defesa, devendo o juiz (na audiência) ouvir todos os participantes processuais sempre que tomar qualquer decisão que os venha a afectar processualmente (artigos 323º, alínea f) e 327º C.P.P.).

Na fase de inquérito encontram-se manifestações deste princípio. Desde logo a faculdade, que tanto o arguido como o assistente têm, de aqui intervir, oferecendo provas e requerendo diligências que considerarem necessárias para o apuramento da verdade material, bem como de conhecer dos despachos que sobre tais iniciativas recaem (artigos 61º/1, alínea g) e 69º/2, alínea a), ambos do C.P.P.). No caso do arguido, este goza, entre outros, do direito de estar presente nos actos processuais que directamente lhe disserem respeito e de ser ouvido pelo juiz de instrução sempre

---

<sup>110</sup> “Quanto à sua *extensão processual*, o princípio abrange todos os actos susceptíveis de afectar a sua posição e em especial a audiência de discussão e julgamento e os actos instrutórios que a lei determinar, devendo estes ser seleccionados sobretudo de acordo com o princípio da máxima garantia de defesa do arguido”, CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa anotada*, pág. 206

que ele deva tomar qualquer decisão que o afecte pessoalmente (artigo 61º/ 1, alíneas a) e b) C.P.P.).

A fase da instrução tem a finalidade de controlo judicial da actuação do Ministério Público, presidida pelo juiz de instrução, assegurando todas as possibilidades de contraditório, de apresentação e contra-apresentação de provas como uma espécie de antecipação do julgamento. Destaque-se o debate instrutório (artigo 298º C.P.P.) que visa permitir uma discussão perante o juiz, por forma oral e contraditória sobre se, da sequência do inquérito e da instrução, resultaram indícios de facto e elementos de direito suficientes para justificar a submissão do arguido a julgamento<sup>111</sup>. Este debate não tem, assim, como componente essencial, a produção de prova, tal como acontece na audiência de julgamento, mas sim a discussão dos elementos de prova recolhidos na fase de inquérito e na fase de instrução e a produção de alegações de direito sobre a admissibilidade da acusação para que a causa seja submetida a julgamento<sup>112</sup>.

Assim, o contraditório “não é o cumprimento de uma mera formalidade para acautelar a regularidade processual, mas a garantia de que a todo o sujeito afectado por uma decisão é dada a possibilidade de ser previamente ouvido e de, assim, trazer para o processo elementos necessários a essa decisão contribuindo activamente para que o tribunal possa decidir *bem*.”<sup>113</sup>

Quanto ao que aqui interessa, há que saber quais as consequências, no exercício deste princípio, em caso de depoimento de co-arguidos.

Foi já referido que o contraditório é um direito do arguido quanto a decisões que o afectem pessoalmente. Ora, ao contrário do que acontece com testemunhas e assistentes (artigo 348º/ 4, 5 e 6 C.P.P.) não existe uma previsão em que os defensores dos arguidos possam pedir esclarecimentos a co-arguidos que contra eles deponham. Na verdade, ainda que possam valer como meio de prova as declarações de um co-arguido em prejuízo de outro co-arguido, quando aquele se recuse a responder às perguntas formuladas por juízes, jurados ou Ministério público e advogado do assistente, quanto a declarações por si prestadas, estas não poderão ser valoradas<sup>114</sup> (artigo 345º/ 4 C.P.P.). De facto, “a pedra de toque da verdade processualmente correcta que é,

---

<sup>111</sup> Cf. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, pág. 321

<sup>112</sup> Cf. MARQUES DA SILVA, GERMANO, *Direito Processual Penal Português do procedimento...* pág. 157

<sup>113</sup> Ac. Relação de Évora, (proc. nº 288/94.4TBBJA-C.E1) de 20.11.2012

<sup>114</sup> Ac. do TC (1ª Secção), de 14.7.97, BMJ, nº 469, pág.116: “É inconstitucional, por violação do artigo 32º, nº 5, da Constituição da República Portuguesa, a norma extraída com referência aos artigos 133º, 343º e 345º do código de Processo Penal, no sentido em que confere valor de prova às declarações proferidas por um co-arguido em prejuízo de outro co-arguido quando, a instâncias destroutro co-arguido, o primeiro se recusa a responder, no exercício do direito ao silêncio.”

constitucional e legalmente, a garantia do contraditório, não é assegurada em casos em que o depoimento de um co-arguido seja elemento de prova essencial no sentido da condenação<sup>115</sup>.”

Neste sentido, o depoimento do arguido, como meio de prova, é de tal forma frágil que não pode ser a base de sustento de uma pronúncia, muito menos de uma condenação, pelos menos enquanto esteja totalmente subtraído ao contraditório e não seja corroborado por outras provas, o que leva a uma credibilidade nula.

Noutro sentido, as declarações do co-arguido (delator), a serem valoradas, são-no tal como será outro meio de prova, testemunhal, documental pericial. Serão sempre valoradas, diga-se, de uma forma diminuída face às de uma testemunha isenta, porquanto aquele terá sempre um interesse directo no desfecho da causa. Recorde-se que um arguido não presta juramento e não é responsabilizável pela prestação de declarações falsas daí que as suas declarações tenham um valor probatório menos intenso do que se atribuí a depoimentos de testemunhas<sup>116</sup>.

Parece, então, claro, que a valoração probatória feita pelo juiz relativamente às declarações de co-arguido deverá ser limitada, *i.e.*, não podendo fundamentar, em exclusivo, uma decisão condenatória para os restantes co-arguidos<sup>117</sup>.

## 5.2. O PRINCÍPIO DA INVESTIGAÇÃO

Ao abrigo deste princípio, existe o poder-dever que ao tribunal incumbe de proceder oficiosamente (ou a requerimento) à produção de todos os meios de prova cujo o conhecimento considere necessário à descoberta da verdade e à boa decisão da causa (artigos 340º/1 e 323º, alíneas a) e b)), ou seja, de esclarecer e instruir autonomamente, mesmo para além das contribuições da acusação e da defesa, o facto sujeito a julgamento, criando aquele mesmo as bases necessárias à sua decisão<sup>118</sup>.

Contudo, esse poder-dever não vai limitar, ou impedir, a actividade probatória do Ministério Público, do assistente ou, mesmo, do arguido, sendo permitido ao tribunal o seu total aproveitamento sem que, no entanto, fique este circunscrito, na sua busca pela verdade, à

---

<sup>115</sup> BELEZA, TERESA PIZARRO, *Tão Amigos que nós éramos...* pág. 46

<sup>116</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág. 400/401

<sup>117</sup> No mesmo sentido: LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág.402; BELEZA, TERESA PIZARRO, *Tão Amigos...* pág. 50 e ss

<sup>118</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I, noções gerais, elementos do Processo Penal*, 6ª ed., 2010, Lisboa, editora Babel, pág. 94 (citando o Professor Figueiredo Dias)

contribuição dos demais sujeitos processuais<sup>119</sup> (artigo 327º C.P.P). Por outro lado, no âmbito da audiência de julgamento, o princípio da vinculação temática vem limitar o princípio da investigação porquanto restringe os poderes de cognição do juiz proibindo-o de proceder à investigação de factos que se afastem do objecto do processo.

### 5.3. O PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE

Este princípio significa que a iniciativa e a prossecução processuais pertencem ao Estado. Há um dever e um direito que impele o Estado a perseguir criminalmente os criminosos. Com efeito, dispõe o artigo 48º do C.P.P que o exercício da acção penal compete ao Ministério Público (nas suas vestes de entidade pública) e o artigo 219º C.R.P. vem, no mesmo sentido, afirmar que “Ao Ministério público compete representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar (...) exercer a acção penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.”<sup>120</sup>

O Ministério Público age oficiosamente não necessitando em regra nem de participação nem de impulso do particular - disse-se “em regra” pois existem limitações as quais serão infra referidas. É através de si que se desencadeia todo o processo de investigação, no uso das competências que o referido preceito constitucional lhe atribui, exercendo em pleno a acção penal<sup>121</sup>.

Sublinhe-se, contudo, que este princípio encontra limitações quando o procedimento criminal dependa de queixa (artigo 49º C.P.P) porquanto existe a necessidade que o titular do direito de queixa a apresente ao Ministério Público para que este promova a abertura do processo e, no caso de o procedimento depender de acusação particular é necessário que o titular do respectivo direito se queixe, se constitua assistente e deduza acusação particular (artigo 50º C.P.P.).

As razões para esta limitação têm que ver primeiro, por se entender que se os ofendidos ou quem os represente se desinteressarem da perseguição penal, não se justificará a intervenção do estado

---

<sup>119</sup> No mesmo sentido Ac. TC 137/2002: “Este princípio significa (...) que o tribunal de julgamento tem o poder-dever de investigar por si o facto, isto é, de fazer a sua própria “instrução” sobre o facto, em audiência, atendendo a todos os meios de prova não irrelevantes para a descoberta da verdade, sem estar em absoluto vinculado pelos requerimentos e declarações das partes, com o fim de determinar a verdade material (...)”

<sup>120</sup> Leia-se, aliás, DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, *Direito Processual Penal*, reimpressão, 2004, Coimbra, Editora Coimbra, págs. 117, referindo que “carácter público das reacções criminais (...) se não coadunam com o deixar-se no arbítrio dos particulares a sua aplicação efectiva,” e que “(...) na actual concepção do Estado recair sobre este, exclusivamente, o dever de administração e realização da justiça penal.”

<sup>121</sup> Cf. JESUS, FRANCISCO MARCOLINO DE, *Os Meios de Obtenção da Prova em Processo Penal*, 2ª edição revista, Actualizada e ampliada, 2016, Coimbra, Editora Almedina, pág. 45

no interesse dos próprios ofendidos; segundo, por se entender que o processo e a sua publicidade podem agravar ainda mais a ofensa do que repará-la.

Assim, toda a investigação pré-acusatória é pública e, à excepção dos referidos crimes particulares, a acusação nos crimes públicos e semi-públicos pertence igualmente ao Ministério público e os assistentes só podem acusar formalmente desde que aquele tenha previamente acusado (cf. artigos 283º, 284º e 285º C.P.P.).

No fundo, este princípio é a consequência da concepção do direito penal como instrumento de controlo social pelo Estado dos seus habitantes<sup>122</sup>.

#### 5.4. OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE (E DA OPORTUNIDADE)

De extrema importância para o presente estudo, desde logo, porque este princípio constitui uma forma de confiança por parte da sociedade contra suspeitas de parcialidade. Neste sentido, todo o processo penal está subordinado ao princípio da legalidade, assim o impõe o artigo 2º do C.P.P. “A aplicação de penas e de medidas de segurança criminais só podem ter lugar em conformidade com as disposições deste Código” e, quanto às provas vem o artigo 125º (do mesmo diploma) prescrever que “São admissíveis as provas que não forem proibidas por lei<sup>123</sup>”.

O Princípio da oportunidade, por outro lado, constitui a liberdade de apreciação do Ministério Público relativamente ao *se* da decisão de investigar ou de acusar, apesar de estarem reunidos os pressupostos legais de efectuar a acusação - daí se ter optado, no presente trabalho, de *supra* referir as soluções de consenso existentes no sistema jurídico português, *i.e.*, as figuras da suspensão provisória do processo, da mediação penal e do processo sumaríssimo<sup>124</sup> (ainda que não se tenha considerado, para o presente estudo, a figura do arquivamento do processo, artigo 277º C.P.P. por

---

<sup>122</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I, noções gerais...* pág. 87

<sup>123</sup> Leia-se, quanto à atipicidade das provas, o minucioso estudo de:

ROBALO, INÊS, *Verdade e Liberdade A Atipicidade da Prova em Processo Penal*, 2012, Universidade Católica, não publicado, disponível em:

[https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15696/1/Verdade%20e%20Liberdade%20-](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15696/1/Verdade%20e%20Liberdade%20-%20A%20Atipicidade%20da%20Prova%20em%20Processo%20Penal%20-%20In%C3%AAs%20Robalo.pdf)

[%20A%20Atipicidade%20da%20Prova%20em%20Processo%20Penal%20-%20In%C3%AAs%20Robalo.pdf](https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15696/1/Verdade%20e%20Liberdade%20-%20A%20Atipicidade%20da%20Prova%20em%20Processo%20Penal%20-%20In%C3%AAs%20Robalo.pdf)

visualizado a 30 Abr. 2018: “nunca o princípio da não taxatividade dos meios de prova poderá significar liberdade relativamente aos meios legalmente disciplinados, cujas formas estão sujeitas à tipicidade imposta pela legalidade. Ou seja, nunca a liberdade de prova poderá subverter a legalidade, sendo esta, mais do que limite daquela, o seu espaço natural de vigência, de modo a potenciar a descoberta da verdade. Daí que se delimite o conceito de atipicidade probatória dentro da possibilidade de utilização da prova não prevista por lei: nele não se podem incluir desvios, adaptações ou derrogações das formas legais.”, pág. 119

<sup>124</sup> *Supra* ponto 4.

não se equiparar a uma solução de consenso, parece poder considerar-se, por ora, aquela como um reflexo do princípio da oportunidade).

No entanto, ainda que, sem mais, se possa considerar que tais figuras são indícios do princípio da oportunidade, não deixa de ser necessária uma melhor densificação de tal consideração.

De facto, do que aqui se trata é do interesse público e da legalidade a que o Ministério Público está adstrito. Neste sentido, tratar-se-ão de decisões politico-criminais da intervenção mínima, da não-estigmatização do agente, do consenso e da economia processual e, ao mesmo tempo, da atribuição ao Ministério Público da competência para decidir se esses propósitos podem, no caso concreto, ser realizados, ou se, diversamente, eles devem ser sacrificados em homenagem a outros interesses<sup>125</sup>.

Não se pense, no entanto, que se está perante uma discricionariedade plena por parte do Ministério Público quanto àquela decisão de acusar ou *divertir*. Se, por um lado, numa visão ampla do princípio da oportunidade, este pode ser visto como a competência para escolher os meios mais aptos de realização do interesse público geral, o qual transcende os interesse do sistema penal, determinado por critérios não jurídicos (conveniência de serviço, eficiência económica, racionalidade na afectação de recursos, entre outros) - e aí, sim, a decisão de divertir o processo ou acusar iria nascer de um poder discricionário assente na opção que melhor realiza o interesse público através da perspectiva de critérios politico-administrativos. Por outro lado, enquanto titular da acção penal, o Ministério Público só pode ter em vista interesses do próprio sistema penal pelo que a conveniência da decisão de acusar o agente, só poderá surgir através da falha de algum dos pressupostos legais da *diversão*<sup>126</sup>. Daí que a “oportunidade” consistirá num juízo sobre a verificação dos pressupostos legais do instituto em causa (seja ele: arquivamento do processo, suspensão provisória do processo, opção pelo processo sumaríssimo ou envio para a mediação penal).

No caso da delação premiada, já se viu que, nos países orientados pelo princípio da oportunidade, o exercício da acção penal se encontra na disponibilidade do Ministério Público<sup>127</sup>. Por outro lado, em sistemas jurídico-processuais orientados pelo princípio da legalidade (obrigatoriedade) no

---

<sup>125</sup> Cf. CAEIRO, PEDRO, *Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da “justiça absoluta” e o fetiche da “gestão eficiente” do sistema*, in revista do Ministério Público nº 84, 4º trimestre 2000, págs. 11 a 18, pág. 14

<sup>126</sup> *Idem* pág. 15

<sup>127</sup> Cf. *supra* 2.4

exercício da acção penal<sup>128</sup> - como é o caso de Portugal - tal disponibilidade não existe. De facto, o prémio da delação apenas pode ser decretado na fase de Julgamento, pelo tribunal, legitimado pelo princípio da investigação e da verdade material<sup>129</sup>. Daí que esteja vedado ao Ministério Público obter a delação de um co-arguido quanto a outros co-arguidos, por via da promessa de atenuação, ou isenção da pena, porquanto tal constituirá uma prova nula ao abrigo do artigo 126º/2, alínea e) C.P.P. “promessa de vantagem legalmente inadmissível”.

Não é, assim, legítima qualquer promessa do Ministério Público cujo cumprimento não seja, por si próprio, exequível, por extravasar o âmbito das suas competências. Aliás, ao recorrer a tal método, arguida e declarada a nulidade das provas que daí surjam, as respectivas consequências, poderão ainda abranger todas as provas posteriores por via do chamado “efeito-à-distância” (nos termos do artigo 122º C.P.P.)<sup>130</sup>. Disse-se “poderão abranger” pois casos há em que o órgão de investigação disporá de meios alternativos de prova, *i.e.*, de um processo de conhecimento independente e efectivo em que essa prova não esteja contagiada pelo processo ilegal paralelo. O problema que se porá, neste caso, será de delimitação do “efeito-à-distância” e não da sua limitação<sup>131</sup>. Os tribunais terão de fazer uma análise no caso concreto do nexo de causalidade entre a violação da proibição da prova e a prova secundária<sup>132</sup>.

### 5.5. O PRINCÍPIO DA LEALDADE PROCESSUAL

A referência *supra* ao princípio da oportunidade, leva a que se analise este princípio da lealdade processual pois é de extrema relevância na atribuição de prémios a co-arguidos colaboradores/delatores

---

<sup>128</sup> Cf. *supra* 2.1 e 2.3

<sup>129</sup> No mesmo sentido: TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade no Quadro da Criminalidade Organizada e Económico-Financeira, Em especial, a figura do “arrependido-colaborador”*, in IV Congresso de Processo Penal (I Congresso Luso-Brasileiro de Criminalidade Económico-Financeira - Memórias), Coord. VALENTE, MANUEL MONTEIRO GUEDES, 2016, Coimbra, editora Almedina, págs. 157 a 174, pág. 164

<sup>130</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág. 394; TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade...* pág. 166

<sup>131</sup> Cf. MORÃO, HELENA, *O efeito-à-distância das Proibições de Prova no Direito Processual Penal Português*, 2006, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 16 - nº 4 Outubro-Dezembro, págs. 575 a 620, pág. 619/620; Leia-se para mais desenvolvimentos, até de direito comparado da figura nos E.U.A e Alemanha, quanto a este tema: ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal, reimpressão*, 2013, Coimbra, Editora Coimbra, págs. 312 a 318, ou 169 a 187

<sup>132</sup> Cf. ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Sobre as Proibições de Prova...* pág. 316



O artigo 32º/8 da C.R.P. dispõe que “são nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa à integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.”

Ainda que lealdade não seja uma noção jurídica autónoma mas mais de natureza essencialmente moral<sup>133</sup>, a verdade é que uma actuação desleal como meio de investigação pode ser reprovável moralmente mas nem sempre é sancionada juridicamente.

Realce-se que o princípio da lealdade processual é mero reflexo do genérico princípio da lealdade, decorrente do princípio do Estado de Direito Democrático, constante no artigo 2º da C.R.P., quando confrontado com o princípio da Dignidade de Pessoa Humana, presente no artigo 1º do mesmo diploma. Assim, não se pode permitir que um cidadão seja instrumentalizado e atingido no núcleo central da sua dignidade. Mesmo quando o objectivo seja a obtenção de justiça, a coercitividade do Estado, deve abster-se de actuações desleais, porquanto lhe estará vedado o recurso a expedientes que culminem em autoincriminações inconscientes, forçadas ou conseguidas de modo enganoso<sup>134</sup>.

A promessa de uma vantagem pode ser legal para as declarações de um arguido, *i.e.*, a valoração do arrependimento como fundamento de atenuação da pena. Contudo, no caso de co-arguidos há que ter em conta a importância da distinção entre o valor do depoimento deste quanto à sua responsabilidade ou quanto à de outros co-arguidos.

Saliente-se que, no caso de existência de co-arguidos, a lei admite a aplicação do especial, referido *supra*, regime da confissão apenas no caso de a mesma ser coerente entre aqueles vários participantes do crime. De facto, própria lei manda seguir maiores cautelas (artigo 344º/3 C.P.P.) quando se trate de ouvir a versão dos factos de co-arguidos, que, mesmo não havendo conflito claro entre si, procuram “livrar a sua pele”, facilmente entregando a do outro.

A prova por declarações de co-arguido é, assim, verdadeiramente complexa, na medida em que será necessário analisar as relações existentes (para além dos factos levados a julgamento) entre o arguido que depõe e o arguido afectado com este depoimento, para que se determine se as declarações não são motivadas por vingança ou ressentimento<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I, noções gerais...* pág. 80

<sup>134</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág. 379/380 nota 6

<sup>135</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal Vol. II*, 5ª Ed. Revista e Actualizada, 2011, Lisboa, Editora Babel, pág. 253



Neste sentido, o princípio da lealdade processual terá implicação directa na forma como actua o Ministério Público no âmbito dos interrogatórios a arguidos. Encontram-se várias normas no C.P.P. quanto às várias fases processuais, em relação às declarações do arguido: no caso de arguido detido, durante a fase de inquérito, o mesmo é obrigatoriamente ouvido por um juiz (artigo 141º C.P.P. ou nos termos do artigo 143º, do mesmo diploma), quanto a interrogatórios subsequentes, na fase de inquérito, estes poderão ser feitos pelo Ministério Público, ou por delegação deste, por órgão de policia criminal; já no caso de se encontrar na fase de instrução ou julgamento, o interrogatório é sempre feito por um juiz.

Sublinhe-se que um arguido se encontra numa posição de fragilidade e, por isso, susceptível perante declarações ou comportamentos das autoridades judiciais pois, ainda que estas possam fazer referências aos benefícios substantivos e processuais decorrentes de uma colaboração processual útil por parte dos arguidos ou de um arrependimento sincero, deverão ter exigências acrescida pelo cumprimento das regras do processo penal. Como tal, não podem existir promessas concretas no que respeita aos concretos limites da responsabilidade penal do arguido, da pena ou da medida a aplicar a final<sup>136</sup>.

Há, então, uma impossibilidade - nas fases de inquérito e instrução - de previsão concreta e segura sobre qual a decisão de mérito final ou sobre a pena ou medida que o juiz aplicará porquanto, tendo em consideração o princípio da legalidade a que está sujeito o processo penal português, as regras de aplicação de soluções de diversão processual são de tal forma apertadas - afastando, como se viu<sup>137</sup>, a aplicação “crua” do princípio da oportunidade - havendo, sempre, a necessidade de uma avaliação e decisão judicial da aplicação dos mesmos.

Desta forma, um acordo de delação premiada entre Ministério público e um co-arguido, fora da audiência de julgamento, será absolutamente proibido e ferido de nulidade com o consequente “efeito-à-distância” quanto às provas obtidas posteriormente.

## 5.6. OS PRINCÍPIOS DA ORALIDADE E DA IMEDIAÇÃO

Segundo o princípio da oralidade, “só as provas produzidas ou discutidas oralmente na audiência de julgamento podem servir de fundamento à decisão”<sup>138</sup>. A consagração da oralidade surge da necessidade de assegurar a publicidade e para que o público acompanhe a prática dos actos

---

<sup>136</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág. 390

<sup>137</sup> *Supra* 5.4

<sup>138</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I...* pág. 104

processuais em que assentará a decisão jurisdicional (por ex. cf. artigos 96º, 298º, 348º, 350º, 360º C.P.P.).

É assim, relevante, que a actividade processual seja exercida oralmente na presença dos agentes processuais. De facto, será mais fácil alcançar a verdade através do diálogo e da reacção dos depoentes ouvidos directamente sendo os *feedbacks* às respostas, a sua espontaneidade, ou não e, até, as expressões faciais daqueles, melhor captadas pelo tribunal. Aliás, o C.P.P. proíbe, no seu artigo 355º a valoração de provas não produzidas em audiência, não obstante as excepções dos artigos 356º e 357º do mesmo diploma.

Assim, a regra da oralidade destina-se a garantir a imediação da prova, a espontaneidade das declarações e a publicidade<sup>139</sup>.

O que leva a que se fale, agora, do princípio da imediação, o qual se encontra em estreita conexão com o princípio da oralidade. Assim, a decisão jurisdicional só poderá ser proferida por quem tenha assistido à produção das provas e à discussão da causa pela acusação e pela defesa<sup>140</sup>. No mesmo sentido, na apreciação das provas deve ser dada a preferência aos meios de prova que se encontrem em relação mais directa com os factos probando e seja feita o mais brevemente possível, logo que fina a audiência de julgamento<sup>141</sup>.

Refira-se que não é pacífica a alteração a alteração introduzida no C.P.P. pela Lei nº 20/2013, de 21 de Fevereiro. Esta veio criar a possibilidade de reprodução ou leitura, na audiência de julgamento de declarações anteriormente feitas pelo arguido no processo (artigo 357º/1, alínea b)). Ainda que o legislador tenha determinado que tal só pode acontecer após a verificação de determinados requisitos (as declarações terem sido feitas perante autoridade judiciária - Juiz de Instrução e Ministério Público; com presença de defensor (artigos 61º/1, alínea f), 64º/1 alíneas a) e b) e 119º, alínea c)); e o arguido tenha sido informado de que não exercendo o direito ao silêncio (cf. artigo 61º/1, alínea d)) as declarações que preste poderão, futuramente, vir a ser utilizadas no processo, mesmo que esteja ausente na audiência final, ou não decida não prestar declarações nesse momento processual e que tais declarações ficam sujeitas à livre apreciação da prova (artigos 141º/4, alínea b) e 127º, todos C.P.P.), defende o Professor germano Marque da Silva que “ao admitir-se como prova as declarações processuais prestadas pelo arguido antes do julgamento fica

---

<sup>139</sup> Cf. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático...* pág. 28

<sup>140</sup> Cf. SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Curso de Processo Penal I...* pág.105

<sup>141</sup> Cf. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático...* pág. 29

prejudicada a imediação e a oralidade, quer as declarações tenham sido prestadas perante juiz de instrução quer perante o Ministério Público<sup>142</sup>”, por outro lado, a realidade é que, desde que o arguido esteja presente na audiência final, o tribunal pode confrontá-lo com o teor das declarações que tenha anteriormente efectuado, preservando, ao mesmo tempo, a possibilidade de prestar, querendo, declarações até ao encerramento da audiência, garantindo-se desta forma o princípio da imediação (da prova).

---

<sup>142</sup> Cf. citado por CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático...* pág. 29. Contra: O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, no parecer relativo à proposta de Lei nº 77/XII defendendo no regime anterior a esta alteração havia um “abuso de direito de defesa”: “Este regime, para além de incompreendido pela opinião pública, permite hoje que o arguido, ao longo do inquérito e instrução, apresente inúmeras versões dos factos, quer naquilo que apenas a si respeita, quer no que toca a outros suspeitos ou arguidos, e depois em julgamento apresente uma outra, que o tribunal terá de apreciar (dando como provada ou não provada) sem poder levar em consideração que antes dessa houve muitas outras. Não há aqui qualquer verdadeiro direito de defesa, mas sim um abuso do mesmo.” Considerando que, com a alteração “Garantem-se, desta forma, dois efeitos fundamentais: em primeiro lugar, exige-se ao Ministério Público que produza em audiência de julgamento prova diversa bastante no sentido de afirmar a culpabilidade do arguido, com recurso a outros meios de prova e não apenas com base nas declarações do arguido; por outro lado, obriga o julgador a efectuar uma ponderosa análise crítica de toda a prova globalmente produzida no sentido de aferir não só da credibilidade de tal afirmação, mas essencialmente no sentido de a confirmar ou infirmar.”

## 6. O VALOR PROBATÓRIO DAS DECLARAÇÕES DO COLABORADOR/DELATOR

Vigorando em Portugal, como se viu<sup>143</sup>, o princípio da imediação da prova, as declarações dos arguidos - ou de qualquer outro interveniente processual - serão então, em regra irrelevantes porquanto terão de ser repetidas no âmbito da audiência de julgamento.

Quanto às declarações de um co-arguido colaborador/delator a fragilidade aumenta. De facto, já antes se referiu<sup>144</sup> que o depoimento do arguido, como meio de prova, é de tal forma frágil que não pode ser a base de sustento de uma pronúncia, muito menos de uma condenação.

Como é sabido, e em virtude do direito ao silêncio de que é titular, o (co) arguido não presta juramento e, como tal, a mentira por ele proferida não conduz ao crime de falsas declarações (com a excepção prevista no artigo 359º/2 do C.P.). Enquadrado juridicamente desta forma o seu depoimento perde credibilidade e não vale como prova testemunhal nos termos previstos no artigo 133º/1, a) C.P.P. pelo que não poderá ser fundamento de, por si só, servir de base para condenação alheia<sup>145</sup>. É pois, por isso, impreterível que a condenação baseada nas suas declarações seja corroborada com outras provas. Neste sentido “É evidente que, tal como em relação ao depoimento da vítima, é preciso ser muito cauteloso no momento de pronunciar uma condenação baseada somente nas declarações do co-arguido, porque este pode ser impulsionado por razões aparentemente suspeitas, tal como o anseio de obter um trato policial ou judicial favorável, o ânimo de vingança, o ódio ou ressentimento, ou o interesse em auto-exculpar-se mediante a incriminação de outro ou outros acusados. (...) Por isso, para dissipar qualquer dessas suspeitas objectivas, é razoável que o co-arguido transmita algum dado externo que corrobore objectivamente a sua manifestação incriminatória, com o que deixará de ser uma imputação meramente verbal para se converter numa declaração objectivada e superadora de um eventual défice de credibilidade inicial. Não se trata de criar, à partida e em termos abstractos, uma exigência adicional ao depoimento do co-arguido quando este incrimine os restantes, antes de uma questão de fiabilidade<sup>146</sup>.” Pelo que “A decisão condenatória baseada somente nas declarações do co-arguido deve rodear-se de particulares cautelas. O eventual conflito de interesses e de antagonismo entre si, por poder conduzir à fragilidade probatória dessas declarações, tem sido ultrapassado defendendo-se, a montante, a necessidade de cruzamento com outros elementos probatórios; que o co-arguido

---

<sup>143</sup> *Supra* 5.6

<sup>144</sup> *Supra* 5.1

<sup>145</sup> TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade...* pág. 167

<sup>146</sup> Cf. Ac. STJ de 12-03-2008 (Proc. n.º 694/08)

transmita dados externos corroborantes das suas afirmações incriminatórias, para que as mesmas se tornem mais fiáveis; a possibilidade da defesa do co-arguido afectado poder, por intermédio do Tribunal, formular perguntas, numa clara manifestação dos princípios do contraditório e da igualdade de armas, ou requerer, até, a acareação; e, a jusante, uma maior exigência no grau de fundamentação decisória, em matéria de prova do facto, enquanto condição de controlo, convencimento e sindicabilidade da própria decisão<sup>147</sup>.”

Quanto ao regime processual penal da confissão previsto no artigo 344º C.P.P. No caso de um co-arguido declarar, em audiência de julgamento, que pretende confessar integralmente e sem reservas, os efeitos dessa confissão não serão os mesmos dos previstos no artigo 344º/2 C.P.P. (renúncia à produção de prova; passagem imediata às alegações orais e redução da taxa de justiça em metade). Se os outros co-arguidos não optarem pela confissão integral e sem reservas a confissão daquele que a prestou apenas poderá ser tida em conta em termos de valoração da prova e na decisão da medida da pena<sup>148</sup>.

Uma outra questão que poderá surgir no âmbito do processo penal será a reconstituição de um facto onde um co-arguido incrimine os demais. Com efeito, parece ter aqui<sup>149</sup>, também, aplicação o artigo 345º/4 C.P.P. O co-arguido colaborante/delator terá que se sujeitar ao contraditório pois, no caso de não o fazer, esse meio de prova não poderá ser valorado, na parte em que incrimine outro co-arguido, para fundamentação da formação da convicção do juiz. Neste sentido, apenas se outros meios probatórios confirmarem a veracidade da reconstituição em que o co-arguido envolve outro arguido, se considerará a prova corroborada<sup>150</sup> ainda que ambos optem por se remeter ao silêncio em audiência de julgamento, não fazendo uso do contraditório.

---

<sup>147</sup> Cf. Ac. STJ de 25-06-2008 (Proc. nº 2046/07)

<sup>148</sup> Cf. CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, pág. 415

<sup>149</sup> Cf. DUARTE, EURICO BALBINO, *Making of - A Reconstituição do Facto no Processo Penal Português in Prova Criminal e Direito de Defesa - estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*, coord. Teresa Pizarro Beleza/frederico de Lacerda da Costa Pinto, 2017, 7ª reimpressão, Coimbra, Editora Almedina, págs. 11 a 67, pág. 60

<sup>150</sup> Ac. STJ de 20-04-2006

## 7. A QUESTÃO ÉTICA E/OU MORAL DA DELAÇÃO

Interessa agora focar o estudo numa outra questão relevante quanto à delação (premiada). O tema ético-moral do instituto tem sido suscitado por alguma parte da comunidade jurídica, pelo que não podia deixar de aqui ser tido em conta. Neste sentido, correndo o risco de se entrar, inicialmente, num caminho algo filosófico, será sempre conveniente percorrê-lo, aproveitando-se para se recordar algumas noções básicas de Direito.

Os homens em sociedade obedecem a normas. É dado assente que, desde sempre, o Homem se rege através de regras e de normas, este é um facto específico do homem onde quer que ele se encontre seja qual fôr a sociedade em que se insira. Neste sentido, é impossível conceber-se uma sociedade sem normas, sem direito. No entanto, as normas pertencem tanto ao reino do espírito, da consciência, como, socialmente, ao reino da cultura<sup>151</sup>.

É certo que as normas de conduta a que o Homem está sujeito, não são todas da mesma natureza. Podem-se distinguir várias espécies ou categorias de normas de conduta<sup>152</sup>: regras de moral, regras de índole religiosa, regras de cortesia, regras do código de honra, dos indivíduos, das classes, dos grupos, etc. - é regra entrar numa igreja e benzer-se; é regra de cortesia cumprimentar o vizinho no elevador; é regra, entre um grupo surfistas, que aquele que está mais perto do ponto onde a onda *quebra*, terá prioridade sobre aquele que, mais afastado desse ponto, ainda pode *apanhar* a onda; o membro de uma organização mafiosa é sujeito à *omertà* ao voto de silêncio, sendo punido com morte em caso de quebra desse voto; há regras de etiqueta de como se comportar à mesa da refeição, de qual o copo para beber o vinho tinto ou o branco; há a regra de tentar criar espaço para o motociclista que vai passado entre os carros no caso de existir fila; há tantas outras... - e há aquela categoria a que se dá o nome de regras jurídicas ou regras de direito.

Em comum com todas estas normas há o facto de serem regras de conduta: pressupõem uma vontade consciente, envolvem um imperativo hipotético dirigido a essa vontade, apesar de serem diferentes. Contudo, todas implicam sanções diferentes. Aquele que infringe uma regra moral provoca repulsa na consciência dos outros indivíduos, a qual pode ser caracterizada por uma censura, diminuição da estima pública ou particular - quem viola a norma religiosa cometerá, eventualmente, um pecado; quem viola a norma de cortesia passa por mal educado; o surfista que incumprir a regra de grupo pode ser expulso daquela onda; o motorista que não facilita a passagem

---

<sup>151</sup> Cf. MONCADA, CABRAL, *Lições de Direito Civil (parte geral) 1931-1932* Vol. I, 1932, Editora Atlântida, pág. 12

<sup>152</sup> *Idem*

do motociclista pode por este ser censurado; etc. - em todos estes casos trata-se de uma atitude interior mais ou menos profunda, que tem o seu lugar na consciência de cada um ou do incumpridor.

O mesmo não se passa com o violador da norma jurídica. Este provoca uma reacção social mais enérgica, no sentido de ser a própria sociedade organizada politicamente em Estado quem vai intervir através dos seus órgãos<sup>153</sup>, procurando a reintegração, a reparação e a punição. É nesse elemento de obrigatoriedade coactiva, que impõe o respeito de certas normas, em que reside o elemento diferenciador do jurídico, ou seja do direito como facto social<sup>154</sup>.

Mas, note-se: ainda que ao Direito não caiba, directamente, a função de garantia de uma certa concepção ética - este não deve impor condutas imorais, não lhe estando vedada a permissão de condutas moralmente censuráveis, desde que não afectem interesses socialmente relevantes.

Quanto ao tema *sub judice*, é certo que, em certos quadrantes da sociedade, a ideia do arguido arrependido está directamente ligada à ideia de traidor. De facto, numa organização criminosa poderão existir regras e normas enraizadas pelos seus membros - recorde-se, por ex., a *omertà* das organizações mafiosas - cuja violação será reprovável e, até, no seio desse grupo social, punível. Na verdade, estes membros, ao partilharem entre si, a prática de crimes com o objectivo de satisfação de interesses comuns - muitas das vezes com uma estrutura hierárquica bem delineada e com uma distribuição de funções definida - estão sujeitos a princípios próprios de lealdade e ética. Contudo, a realidade é que se trata (e tratará sempre) de uma organização criminosa cujo objectivo é o exercício de uma conduta criminosa para dela retirar benefícios financeiros, ideológicos e pessoais.

Obviamente que “uma sociedade organizada na base do respeito pelos valores da dignidade humana, que respeite e promova os valores da amizade e da solidariedade (...) não pode consentir que o exercício de uma função soberana possa constituir a causa da quebra de solidariedade entre os seus membros, possa ser motivo de desconfiança no próximo, conduzir ao egoísmo e ao isolamento<sup>155</sup>”; não obstante, dizer-se que “A sociedade que assim se organiza, que consinta a

---

<sup>153</sup> Cf. MONCADA, CABRAL, *Lições de Direito Civil ...* pág. 14

<sup>154</sup> *Idem*

<sup>155</sup> SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Meios Processuais expeditos no Combate ao Crime Organizado (A Democracia em Perigo?)*, in Lusíada. Direito nº 3, 2005, Lisboa, Editora Universidade Lusíada, págs. 71 a 81, pág. 76

delação organizada e a estimule, tem na sua própria estrutura os germes da sua destruição<sup>156</sup>” parece talvez ser pouco exagerado.

Não se pode, então, olhar para a realidade descrita como se se trate de um grupo de amigos com fortes laços companheirismo e, conseqüentemente, olhar para o arrependido delator como se de um Judas Iscariotes se trate. Essa visão não pode ser (não é) compatível com um Estado de Direito Democrático<sup>157</sup>. Actualmente, está-se perante formas de associação criminosa, como se disse, com estruturas semelhantes a empresas, assentes em relações de “grupo empresariais”, em relações de subordinação, em estruturas de hierárquicas ou, mesmo, naquelas compostas por ambientes internos de intimidação. O que leva a que, neste contexto, a figura do “arrependido-colaborador” deva ser repensada, pelo menos socialmente<sup>158</sup>. Ademais, não se pode esquecer que o arrependido “atravessa a *ponte de ouro*, passando da margem do mundo dos desvalores para a (o) dos valores” e, neste sentido, nem sempre se deve interpretar a motivação egoísta de quem pretende obter vantagens, podendo existir real arrependimento e, assim, o Estado acaba por recompensar aquele que se ressocializou, tornando desnecessária (total ou parcialmente) a aplicação de uma pena<sup>159</sup>.

Há uma relação indissociável entre direito e moral, em que “o direito em frente da moral não é mais do que aquela parte do normativo social com relação ao qual (...) o estado decreta o seu reforçamento (...) o móbil do interesse [público] e o das sanções coactivas para o garantir. Assim se chama a doutrina do “*mínimo ético*”. O direito é, *em parte*, esse mínimo ético; o mínimo de moral social que se torna necessário reforçar com a protecção do Estado, acrescentando o móbil do interesse ao móbil dos valores morais e da consciência; e, além disso, *em parte*, a regulamentação técnica, minuciosa, desse mínimo de exigência indispensáveis à convivência social para conseguir um equilíbrio de interesses<sup>160</sup>.”

Refira-se, ainda em jeito de nota final quanto a este tema as palavras de João Baptista Machado: “para uma melhor compreensão da distinção entre Direito e Moral, interessa ter presente que na racionalidade jurídica tem um lugar decisivo a noção de tutela dos interesses, de resolução dos conflitos de interesses e de interesses juridicamente tutelados. (...) apenas será juridicamente relevante aquela conduta que afecte os interesses (ou bens) juridicamente tutelados, os lese ou ponha em perigo. Para que uma conduta seja juridicamente censurável deve afectar um dos

---

<sup>156</sup> *Idem*, nota 8

<sup>157</sup> No mesmo sentido: LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido*... pág. 379

<sup>158</sup> *Idem*

<sup>159</sup> TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade*...pág. 171

<sup>160</sup> MONCADA, CABRAL, *Lições de Direito Civil* ... pág



interesses tutelados e afectá-lo numa medida socialmente relevante. (...) mesmo quando o Direito tutela os sentimentos do povo e a “moral pública” (...), estes valores éticos não são afinal protegidos por si mesmos, mas na medida em que a sua violação se converte numa perturbação prejudicial à sociedade como ordem de convivência. O que está em causa é mais o dano social que a defesa dos valores éticos por si mesmos.<sup>161</sup>”

Daí que, ainda que no seio de uma organização criminosa a delação tenha um valor ético reprovável, a verdade é que mais reprovável será a actividade levada a cabo pelos indivíduos pertencentes a tal organização, a qual afecta interesses juridicamente tutelados, ou seja, converte-se numa perturbação prejudicial à sociedade.

---

<sup>161</sup> Cf. MACHADO, JOÃO BATISTA, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, 15ª reimpressão, 2006, Coimbra, Editora Almedina, pág. 61

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que ficou escrito várias são as observações que poderão ser retiradas quanto à delação premiada, dado que a figura em análise não é, como se constatou, pacífica na sociedade portuguesa e, em particular, na comunidade jurídica.

Como se tem vindo a referir ao longo do presente estudo, o princípio da legalidade, composto pelo dever incumbido ao Ministério Público de abrir inquérito sempre que tenha notícia de um crime (artigos 262º a 264º C.P.P.) bem como pelo dever de deduzir acusação sempre que tenha indícios suficientes de que se verificou um crime e de quem foi seu agente (artigo 283º/1 C.P.P.), é a regra na promoção do processo penal.

Contudo, ainda que os mecanismos de consenso (ou *diversão*) presentes na lei possam ser vistos como limitações ao princípio da legalidade a verdade é que não envolvem a intervenção de um verdadeiro princípio da oportunidade. Recorde-se que os interesses subjacentes à *diversão*, i.e., a intervenção mínima, a não-estigmatização do agente e economia processual, fazem parte da política-criminal<sup>162</sup> definida, e que, na busca, de soluções que permitam a optimização desses interesses, o Ministério Público se encontra subordinado ao padrão da legalidade<sup>163</sup>.

A realização da justiça pressupõe a descoberta da verdade material - verdade imune às influências que acusação e defesa queiram exercer sobre ela e, também, verdade processualmente legitimada e consequentemente válida e não obtida a todo e qualquer preço, mas sim, no escrupuloso e integral respeito pelos princípios estruturantes do processo penal (e pelos direitos fundamentais dos cidadãos arguidos num determinado processo penal)<sup>164</sup> - como pressuposto que valida a necessidade e sujeição à sanção penal, a qual visa a protecção de bens jurídicos fundamentais bem como a reintegração do agente do crime na sociedade e o restabelecimento da paz jurídica comunitária, não podendo tal pena ultrapassar a medida da culpa (artigo 40º C.P.)<sup>165</sup>.

No seio da criminalidade organizada e económico-financeira a figura em análise tem uma utilidade flagrante. Na verdade, desde que perspectivada com intervenção residual na investigação da criminalidade organizada mais grave os resultados poderão ser impressionantes. Contudo, se o

---

<sup>162</sup> Cf. Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (e a Lei n.º 72/2015, de 20 de julho (para o biénio 2015-2017))

<sup>163</sup> Cf. CAEIRO, PEDRO, *Legalidade e oportunidade...* pág. 48

<sup>164</sup> Cf. GONÇALVES, FERNANDO/ALVES, MANUEL JOÃO *Crime. Medidas de Coacção e Prova. O agente infiltrado, encoberto e provocador*, 2015, Coimbra, Editora Coimbra, pág. 13

<sup>165</sup> Cf. GONÇALVES, FERNANDO/ALVES, MANUEL JOÃO *Crime. Medidas de Coacção e Prova...* pág. 14

direito não se adequar à realidade e não construir respostas ao mínimo das urgentes necessidades sociais acaba por deixar de ser aplicado<sup>166</sup>.

Não se pode aceitar que um sistema penal seja eficaz no que toca ao combate a crimes como injúrias, furtos simples, ofensa à integridade física simples, ou outros considerados de pequena, ou média, criminalidade mas, por outro lado, inepto quanto a crimes como o tráfico de crianças para abuso sexual, tráfico de pessoas, lenocínio, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais, terrorismo, entre outros<sup>167</sup>.

O legislador, como se viu<sup>168</sup>, tem vindo a introduzir, ainda que de forma excepcional, a figura da delação premiada no sistema penal, o que demonstra a busca pela eficácia no combate àquelas formas de criminalidade. Obviamente que, ao fazê-lo, tem-no feito com o respeito pelos princípios estruturantes do processo penal, princípios esse que não permitem, naturalmente, que a margem de liberdade, de que o Ministério Público é detentor, seja aumentada e lhe possibilite promover a colaboração de um arguido arrependido através de imunidade (ou mesmo, em troca de acusação por crime menos grave).

Na verdade, o *prémio* atribuído ao co-arguido-(arrependido)-delator apenas pode ser concedido em sede de julgamento, ainda que tal delação possa ter lugar na fase de inquérito ou de instrução sem que com isso tenha qualquer garantia de obtenção de benefício. Apenas ao tribunal cabe valorizar os contributos do co-arguido em sede de atenuação (ou isenção) da pena correspondente. O arrependimento terá que ser sincero pois apenas se poderão valorar como prova as declarações integrais e sem reserva do co-arguido quando este se sujeite plenamente ao contraditório, em audiência de julgamento em respeito do princípio da imediação, e aceite a possibilidade de auto-incriminação. Ademais, a mera existência de informações incriminatórias para outros co-arguidos, não tem qualquer valor pois estas têm de ser corroboradas por outros elementos de prova<sup>169</sup>.

---

<sup>166</sup> Cf. TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade*...pág. 171

<sup>167</sup> Em termos de objectivos de política-criminal veja-se a Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biênio de 2017-2019, especificamente os artigos nº 2 e 3 que determinam prioridade na prevenção e investigação maioritariamente para a criminalidade organizada.

<sup>168</sup> Supra 3.

<sup>169</sup> Cf. LEITE, INÊS FERREIRA, *Arrependido*... pág. 403; no mesmo sentido, Ac. TRL de 19-07-2016 (proc. 79/15.0JAPDL.L1-5): “A admitir-se a utilização contra co-arguido das declarações prestadas por um arguido em inquérito, essa utilização nunca poderá postergar os direitos de defesa e o contraditório. (...) No pressuposto de que o artigo 357.º, n.º1, al. b), do C.P.P., abrange as declarações de co-arguido, as declarações prestadas em inquérito, perante o M.P., por um arguido, mesmo que lidas em audiência ao abrigo daquele normativo, não podem ser valoradas contra um co-arguido desde que quem as prestou em inquérito exerça, em audiência de julgamento, do direito de não pretender prestar declarações.”

Por outro lado, o Ministério Público, por não ser titular de poderes que lhe permitam (directa ou indirectamente) vincular o tribunal a uma eventual atenuação (ou exclusão) da pena, caso o faça, além de, evidentemente, não ter poderes para obrigar o tribunal ao cumprimento de tais benefícios, corre o risco de, ao abrigo dos artigos 126º/2 e 122º C.P.P., ver consideradas nulas todas as provas seguintes por conta do “efeito-à-distância”<sup>170</sup>.

Contudo, não chocaria que no exclusivo âmbito da criminalidade altamente organizada (no espaço de direito a constituir), fosse concedida legalmente, a título excepcional, maior margem de manobra ao Ministério Público, na fase de inquérito, na promoção da colaboração de um arrependido através da atenuação ou isenção da pena, ou mesmo imunidade, sempre com o controlo judicial do juiz de instrução criminal. Assim, o Ministério-Público poderia definir logo nesta fase a estratégia processual, *i.e.*, se efectivamente teria utilidade a colaboração do arrependido e, no caso de imunidade, se o depoimento se podia prestar em privado e com reserva de identidade (conforme o artigo 16º da lei de Protecção de Testemunhas - na versão actual Lei n.º 42/2010, de 03 de setembro). Bem visto, é preferível o arrependido-colaborador que a partir das suas declarações colabora, desde a fase de inquérito, na busca de ulteriores provas, do que o arrependido-delator cujas declarações apenas são valoradas em sede de julgamento como prova<sup>171</sup>. Até porque o actual enquadramento jurídico retira credibilidade ao depoimento, o qual não vale como prova testemunhal nos termos do artigo 133º/1 alínea a) do C.P.P.

---

<sup>170</sup> Cf. *supra* 5.4

<sup>171</sup> No mesmo sentido: TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade...* págs. 169/170 e 174

## 9. CONCLUSÕES

É agora o momento de apresentar algumas conclusões que podem ser retiradas do presente estudo as quais, por uma questão de clareza e simplicidade, serão apresentadas por tópicos. Assim:

1. No sistema jurídico português a delação premiada já se encontra positivada em regimes excepcionais, sendo a criminalidade organizada o alvo principal destes regimes, aliás dando voz às prioridades de política-criminal previstas para o biénio 2017-2019 (cf. Lei n.º 96/2017, de 23 de agosto);
2. A figura é comumente aceite<sup>172</sup>, pelos operadores do sistema de justiça (Ministério Público, Órgãos de Polícia Criminal e Juízes) como necessária, dada as dificuldades de prova que o complexo enovelado organizacional deste género de criminalidade envolve. O próprio legislador defende a sua utilização nalguns domínios específicos: na criminalidade económico-financeira, nos crimes de terrorismo, no tráfico de estupefacientes, na antidopagem no desporto, nos comportamentos antidesportivos, quanto às armas e munições e no âmbito dos crimes tributários<sup>173</sup>;
3. A razão é simples de compreender: não se pode aceitar que um sistema penal seja eficaz no que toca ao combate a crimes como injúrias, furtos simples, ofensa à integridade física simples, ou outros considerados de pequena, ou média, criminalidade mas, por outro lado, seja inepto quanto a crimes como o tráfico de crianças para abuso sexual, tráfico de pessoas, lenocínio, tráfico de armas, tráfico de estupefacientes, branqueamento de capitais, terrorismo, entre outros;
4. A ideia, transversal a cada um das situações em que a delação é excepcionalmente aceite, é que o delator, em primeira instância, até ao encerramento da audiência de julgamento, auxilie concretamente na obtenção ou produção das provas decisivas para a identificação ou captura de outros responsáveis. Transversal é igualmente o benefício a atribuir: a especial atenuação da pena ou, mesmo, a sua isenção;

---

<sup>172</sup> Cf. TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *Princípio da Oportunidade...* pág. 171

<sup>173</sup> Cf. *supra* 3.

5. Em todos os casos, está-se sempre no âmbito do combate a organizações criminosas que, pelas suas características, tornam difícil a obtenção de prova “de fora para dentro”, razão pela qual o Estado, procura obter tais provas “de dentro para fora”;
6. Ainda que possa existir uma tensão constante com alguns dos princípios estruturantes do processo penal, a verdade é que o regime da prova, especificamente das proibições de provas em processo penal, e a aplicação da teoria do “efeito-à-distância” (artigos 126º e a 122º C.P.P. respectivamente), “faz prevalecer a crença na existência de limites intransponíveis à prossecução da verdade em processo penal;<sup>174</sup>”
7. As declarações do co-arguido que incrimina outro co-arguido carecem de ser confrontadas em audiência de julgamento. Por essa razão, dado o direito ao silêncio que é concedido ao arguido (-delator), torna-se como que impossível cumprir a obrigatoriedade de submissão ao contraditório (cf. artigo 327º C.P.P. e, também, artigo 32º/5 C.R.P.) pelo que, nos casos em que o arguido invoque aquele direito ao silêncio, as declarações estarão pré-ordenadas ao fracasso<sup>175</sup>; por outro lado, essas declarações por si só, devido à sua fragilidade, terão sempre de ser corroboradas por outros elementos probatórios<sup>176</sup>;
8. A conotação negativa atribuída socialmente ao indivíduo delator imprime um sentimento de reprovação quanto à figura da delação-premiada e de vergonha quanto àquele que delata. Contudo, “é a revisão histórica, mais do que a imoralidade intrínseca de tais actos, que traz vergonha ao acto de delatar<sup>177</sup>.” Ademais, como referido antes<sup>178</sup>, ainda que no seio de uma organização criminosa a delação tenha um valor ético reprovável, a verdade é que mais reprovável será a actividade levada a cabo pelos indivíduos pertencentes a tal organização;
9. A morosidade processual patológica do processo penal não é combatível através da figura em análise, pois as provas que o arguido arrependido suscite terão de ser apresentadas em fase de audiência de julgamento; sendo co-arguido, o seu depoimento é público pelo que tal característica pode desmotivar a sua intenção (de delatar) por receio de perseguição e represálias (de facto, nem sequer pode beneficiar do programa de protecção de

---

<sup>174</sup> ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Sobre as Proibições de Prova...* pág. 117

<sup>175</sup> Cf. BELEZA, TERESA PIZARRO, *Tão Amigos que nós éramos...* pág. 58

<sup>176</sup> Cf. *supra* 6.

<sup>177</sup> LEITE, INÊS FERREIRA, *arrependido...* pág. 378

<sup>178</sup> Cf. *supra* 7.

testemunhas); por outro lado, o *prémio* a atribuir pode nem ser concedido no caso de não ser possível corroborar as declarações do arguido através de outros elementos de prova.

10. Pelas razões apresentadas, aliás como já se referiu antes<sup>179</sup>, defende-se uma solução legislativa que atribua maior liberdade de acção ao Ministério Público, concedendo-lhe outra aplicação do princípio da oportunidade quanto a um acordo de imunidade com um agente delator (ou de atenuação da pena) na fase de inquérito, com a concordância do juiz de instrução criminal. Para o efeito, deverá ser ponderado se essa imunidade, ou especial atenuação, poderá vir a defraudar as expectativas da comunidade, no caso de ser atribuída a um *cabecilha* de uma organização criminosa em contraste com a atribuição a um simples funcionário de tal organização. O próprio delator teria o estatuto processual de testemunha, fortalecendo o valor das suas declarações bem como a possibilidade de contraditório, ainda que sob o regime de protecção de testemunhas.
11. Em suma: no exclusivo âmbito da criminalidade altamente organizada (no espaço de direito a constituir), não chocaria que fosse concedida legalmente, a título excepcional, maior margem de manobra ao Ministério Público, na fase de inquérito, na promoção da colaboração de um arrependido através da atenuação ou isenção da pena, ou mesmo imunidade, sempre com o controlo judicial do juiz de instrução criminal;
12. A delação premiada, quando devidamente limitada e controlada, pode ser um importante instrumento de combate a determinado tipo de criminalidade particularmente nociva para a sociedade. Por essa razão, aqui se defende a sua utilização, ainda que com plena salvaguarda dos princípios do processo penal e dos direitos do arguido.

---

<sup>179</sup> Cf. *supra* 8., pág. 64

## 10. BIBLIOGRAFIA E JURISPRUDÊNCIA

### PORTUGAL:

- ABREU, JORGE MANUEL COUTINHO DE, *Corrupção Privada, Bom Governo, Transparência e Responsabilidade Social das Empresas (nótulas interrogativas)*, in Revista de Estudos do Instituto do Conhecimento Abreu Advogados nº 4, 2015, Editora Almedina, págs. 389 a 393
- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE, *Comentário do Código de Processo Penal à Luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 2011, 4ª ed. Lisboa, Editora Universidade Católica
- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 1*, 2010, Lisboa, Editora Universidade Católica
- ALBUQUERQUE, PAULO PINTO DE/BRANCO, JOSÉ, *Comentário das Leis Penais Extravagantes Vol. 2*, 2011, Lisboa, Editora Universidade Católica
- ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Sobre as Proibições de Prova em Processo Penal, reimpressão*, 2013, Coimbra, Editora Coimbra
- BELEZA, TERESA PIZARRO/MELO, HELENA PEREIRA DE, *A Mediação Penal em Portugal*, 2012, Coimbra, Editora Almedina
- *Tão Amigos que nós éramos: o valor probatório do depoimento de co-arguido no Processo Penal Português*, in Revista do Ministério Público nº 74, 2º semestre de 1998, págs. 39 a 60
- CAEIRO, PEDRO, *Legalidade e oportunidade: a perseguição penal entre o mito da “justiça absoluta” e o fetiche da “gestão eficiente” do sistema*, in revista do Ministério Público nº 84, 4º trimestre 2000, págs. 11 a 18
- CARVALHO, PAULA MARQUES, *Manual Prático de Processo Penal*, 2013, 7ª ed., Coimbra, Editora Almedina
- CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES/BRANDÃO, NUNO, *Colaboração Premiada e Auxílio Judiciário Penal: a ordem pública como obstáculo à cooperação com a operação Lava Jato*, 2016, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, ano 146º, nº 4000, págs. 16 a 38
- CANOTILHO, JOSÉ JOAQUIM GOMES/MOREIRA, VITAL, *Constituição da República Portuguesa anotada*, 1993, 3ª ed, Coimbra, Editora Coimbra
- DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, *Acordos sobre Sentença em Processão Penal: o “fim” do Estado de Direito ou um Novo “Princípio”?*, 2011, Porto, Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados
- DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO/ANDRADE, MANUEL DA COSTA, *Criminologia, o Homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2013, 1ª edição (reimpressão), Editora Coimbra



- DUARTE, EURICO BALBINO, *Making of - A Reconstituição do Facto no Processo Penal Português in Prova Criminal e Direito de Defesa* - estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal, coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO, 2017, 7ª reimpressão, Coimbra, Editora Almedina, págs. 11 a 67
- GONÇALVES, FERNANDO/ALVES, MANUEL JOÃO *Crime. Medidas de Coacção e Prova. O agente infiltrado, encoberto e provocador*, 2015, Coimbra, Editora Coimbra
- JESUS, FRANCISCO MARCOLINO DE, *Os Meios de Obtenção da Prova em Processo Penal*, 2ª edição revista, Actualizada e ampliada, 2016, Coimbra, Editora Almedina
- LEITE, INÊS FERREIRA, *Arrependido: a colaboração do Co-Arguido na investigação criminal*, in 2º Congresso de Investigação Criminal, 2011, Coimbra, Editora Almedina, págs. 377º a 406º
- MACHADO, JOÃO BATISTA, *Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador*, 15ª reimpressão, 2006, Coimbra, Editora Almedina
- MONCADA, CABRAL, *Lições de Direito Civil (parte geral) 1931-1932 Vol. I*, 1932, Editora Atlântida
- MORÃO, HELENA, *O efeito-à-distância das Proibições de Prova no Direito Processual Penal Português*, 2006, in Revista Portuguesa de Ciência Criminal, Ano 16 - nº 4 Outubro-Dezembro, págs. 575 a 620
- PINTO, JOÃO FERNANDO FERREIRA, *O Papel do Ministério Público na Ligação Entre o Sistema Tradicional de Justiça e a Mediação Vítima-Agressor*, Revista Portuguesa de Ciência Criminal, nº 1, Janeiro-Março de 2005
- OLIVEIRA E SILVA, SANDRA, *O Arguido como Meio de Prova Contra Si Mesmo, considerações em torno do princípio NEMO TENETUR SE IPSUM ACCUSARE*, 2017, Coimbra, Editora Almedina
- RAPOZA, PHILLIP, *A Experiência Americana do Plea Bargaining: A excepção transformada em regra*, in Julgar - nº 19 - 2013, Editora Coimbra, págs. 207 a 220
- ROBALO, INÊS, *Verdade e Liberdade A Atipicidade da Prova em Processo Penal*, 2012, Universidade Católica, não publicada, disponível em:  
<https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15696/1/Verdade%20e%20Liberdade%20-%20A%20Atipicidade%20da%20Prova%20em%20Processo%20Penal%20-%20In%C3%AAs%20Robalo.pdf>, visualizado a 30 Abr. 2018
- SILVA, GERMANO MARQUES DA, *Direito Processual Penal Português do procedimento (marcha do Processo) Vol. 3*, 2015, 4ª ed, Lisboa, Editora Universidade Católica Portuguesa

- *Curso de Processo Penal I, noções gerais, elementos do Processo Penal I*, 6ª ed., 2010, Lisboa, Editora Babel
- *Curso de Processo Penal Vol. II*, 5ª Ed. Revista e Atualizada, 2011, Lisboa, Editora Babel
- *Meios Processuais expeditos no Combate ao Crime Organizado (A Democracia em Perigo?)*, in Lusíada. Direito nº 3, 2005, Lisboa, Editora Universidade Lusíada, págs. 71 a 81
- TORRÃO, FERNANDO JOSÉ DOS SANTOS PINTO, *A Relevância Politico-Criminal da Suspensão Provisória do Processo*, 2000, Coimbra, Editora Almedina

JURISPRUDÊNCIA:

- Ac. TC 137/2002, de 26-09
- Ac. TC (1ª Secção), de 14-7-1997
- Ac. STJ de 04-01-2017 (proc. nº 318/15.)
- Ac. STJ de 25-06-2008 (proc. nº 2046/07)
- Ac. STJ de 12-03-2008 (proc. n.º 694/08)
- Ac. STJ de 13-02-2008 (proc. nº 07P4561)
- Ac. STJ de 14-6-2007 (proc. nº 07P1895)
- Ac. STJ (fixação de jurisprudência) Nº 16/2009, DR, I Série, de 24.12.2009
- Ac. Relação de Évora de 20-11-2012 (proc. nº 288/94.4TBBJA-C.E1)
- Ac. Relação de Lisboa de 19-07-2016 (proc. 79/15.0JAPDL.L1-5)

ESTRANGEIRA:

- AZEVEDO, DAVID TEIXEIRA DE, *A Colaboração Premiada num Direito Ético*, 1999, S. Paulo, in Boletim IBCCRIM, nº 83, ano 7, disponível em: [https://www.ibccrim.org.br/boletim\\_editorial/103-83-Outubro-1999](https://www.ibccrim.org.br/boletim_editorial/103-83-Outubro-1999), último acesso 01 Abr. 2018
- BAR-GILL, OREN/BEN-SHAHAR, OMRI *The Prisoner's (Plea Bargain) Dilemma*, in Journal of Legal Analysis, 2009, Volume 1, issue 2, págs. 737 a 773
- BERNASCONI, ALESSANDRO, *La Collaborazione Processuale: incentivi, protezione e strumenti di garanzia e confronto con l'esperienza statunitense*, 1995, Milano, Editora Giuffrè

- BITENCOURT, CESAR ROBERTO/BUSATO, PAULO CÉSAR, *Comentários à Lei de Organização Criminosa, Lei nº 12.850/2013*, 2014, Editora Saraiva, São Paulo
- BITTAR, WALTER BARBOSA, *Delação Premiada: direito estrangeiro: doutrina, jurisprudência*, 2011, Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris
- CABRAL, ANTÓNIO DO PASSO, *Convenções Processuais: entre publicismo e privatismo*, 2015 Tese-Livre docência, São Paulo
- CALAMANDREI, IOLANDA, *La collaborazione processuale di imputati e testimoni nei sistemi di common law*, 1986, Milano, Vol. XXIX, págs. 240 a 261
- CAPEZ, RODRIGO, *Polêmica em Torno da Colaboração Premiada de Preso é Estéril*, 2016, Consultor Jurídico, disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-jul-21/rodrigo-capez-polemica-colaboracao-premiada-pres-esteril>, último acesso 29 Mar 2018
- DANTAS COSTA, LEONARDO, *Delação Premiada, a Actuação do Estado e a Relevância da Voluntariedade do Colaborador com a Justiça*, 2017, Curitiba, Editora Juruá
- FERNANDES, ANTÓNIO SCARANCE, *Reflexões sobre as Noções de Eficiência e de Garantismo no Processo Penal in Sigilo no Processo Penal: eficiência e garantismo*, 2008, Revista dos Tribunais, págs. 9 a 28
- FERRAJOLI, LUIGI, *Emergenza Penale e Crisi della Giurisdizione*. 1984, in *Dei Delitti e Della Pene: Rivista de Studi Sociali, Storici Giuridici sulla Questione Criminale*, Bologna, ano 2º, nº 2, págs. 271 a 292
- GRINOVER, ADA PELLEGRINI, *O Crime Organizado no Sistema Italiano* in Revista Brasileira de Direito Criminal nº 12, 1995, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
- MENDRONI, MARCELO BATLOUNI, *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*, 2015, 5ª edição, Editora Atlas
- MORO, SÉRGIO FERNANDO, *Considerações sobre a operação mani pulite*, in Revista CEJ, 2004, Brasília, nº 26, págs. 55 a 62, disponível em <http://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/625/805> último acesso a 08 Mar 2018
- RODRIGUES JUNIOR, OCTÁVIO LUIZ, *Estudo Dogmático da Forma dos Actos Processuais e Espécies* in Revista Jurídica, ano 52º, nº 351, 2004 Porto Alegre, editora Notadez, pág. 181 a 218 disponível em: [www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/download/170/193/](http://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/download/170/193/), último acesso 12 Abr. 2018
- VALDEZ PEREIRA, FREDERICO, *Compatibilização Constitucional da Colaboração Premiada*, 2013 in Revista CEJ, Brasília, nº 59, ano XVIII, págs. 84 a 99 disponível em <http://www.ibccrim.org.br/DPE2014/docs/flavio/valdez.pdf>, último acesso 12 mar 2018

- ZIMMERMAN, ANNA KATHARINA, *Securing Protection and Cooperation Witnesses and Whistle-blowers: an overview of the law as it stands in Germany*. Disponível em: [http://www.unafei.or.jp/english/pdf/PDF\\_GG4\\_Seminar/Fourth\\_GGSeminar\\_P20-35.pdf](http://www.unafei.or.jp/english/pdf/PDF_GG4_Seminar/Fourth_GGSeminar_P20-35.pdf), último acesso 21 mar 2018

#### JURISPRUDÊNCIA

##### **E.U.A.**

- *Lafler v Cooper*, 132 S.Ct. 1376, 1388 (2012), disponível em: <https://www.supremecourt.gov/opinions/11pdf/10-209.pdf>, último acesso 02 Abr 2018

- *Santobello vs New York*, 404 U.S. 257, 260 (1971) Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/404/257/case.html>, último acesso 02 Abr 2018

##### **Itália**

- Ac. *Suprema Corte di Cassazione* n° 13272/1998, disponível em: <https://www.brocardi.it/codice-di-procedura-penale/libro-terzo/titolo-i/art192.html?q=192+cpp&area=codici>, último acesso 01 Mai 2018

- Ac. *Suprema Corte di Cassazione* n° 13008/1998, disponível em: <https://www.brocardi.it/codice-di-procedura-penale/libro-terzo/titolo-i/art192.html?q=192+cpp&area=codici>, último acesso 01 Mai 2018